YOLANDA VIEIRA DE ABREU
ANETE DAS DORES BARBOSA

Estudo dos Índices de Exclusão Social no Brasil

Caso Tocantins

Digitized by Google

YOLANDA VIEIRA DE ABREU

ANETE DAS DORES BARBOSA

ESTUDO DO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: CASO TOCANTINS[1]

Madri, 2009

[1]TEXTO RETIRADO E MODIFICADO DA MONOGRAFIA (TCC) DEFENDIDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, "ESTUDO DO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: CASO TOCANTINS" POR ANETE DAS DORES BARBOSA. PALMAS (TO), DEZEMBRO, 2008.

Digitized by Google

Revisão

Cintia Vieira Muniz e

Renata Vieira Muniz

revisoresusp@hotmail.com

Capa:

Weleks Sousa Guimarães

wsgproducoes@gmail.com

Publicado em:

http://www.eumed.net/cursecon/libreria/index.htm

Digitized by Google

Para Palmira e Daiany

Digitized by Google

AGRADEÇO

Fundación Carolina por ter me concedido
uma bolsa do programa de
“Formación Permanente - Movilidad de profesores de
universidades públicas brasileñas”

Yolanda Vieira de Abreu
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Núcleo em interunidades em desenvolvimento
econômico, social e energético

Digitized by Google

“Estamos longe do verdadeiro desenvolvimento, que só ocorre quando beneficia toda a sociedade.”

Celso Furtado

Digitized by Google

RESUMO

O presente estudo, sobre o índice de exclusão social no Brasil, tem como objetivo transmitir a importância deste para a efetivação das políticas públicas sobre o assunto. Este índice aponta a essência do problema da fome, da miséria e da pobreza de grande parte dos brasileiros, através de seus preceitos e características, teve o mérito de construir um mapa da pobreza com o objetivo de mostrar as localidades com maiores problemas de exclusão social, trazendo transparência para o tema. Utiliza-se da metodologia indutiva, descritiva e explicativa com coleta de dados bibliográficos. Primeiramente, fez-se um levantamento histórico sobre como o tema foi tratado por diversos governos, economistas, sociólogos e outros. A seguir, foram descritos os diversos índices de exclusão social existente e, entre eles, foram escolhidos dois: o primeiro descrito por Pochmann e Amorim (2007), e o segundo, por Lemos e Nunes (2003), que terão sua metodologia e conteúdo estudados com mais profundidade. Além disso, haverá a descrição de como esses índices foram aplicados para o caso brasileiro e quais foram seus resultados. A exclusão social deve ser resolvida para que, efetivamente, todos os brasileiros tenham acesso aos bens, serviços e direitos destinados aos cidadãos e juntos possamos construir um novo país

Palavras-chave: exclusão social, pobreza, cidadania, políticas sociais.

Digitized by Google

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Índice de Exclusão Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ONU	Organização das Nações Unidas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPC	Paridade do Poder de Compra
PROGER	Programa de Micro Crédito e Crédito Produtivo Popular
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

Digitized by Google

SUMÁRIO

CAPA ..... **I - X**

1 INTRODUÇÃO **01**

2 ESTADO DA ARTE **04**

2.1 A escola Clássica 04

2.1.1 Adam Smith e "O Estado" 04

2.1.2 Thomas Malthus e a "Teoria da População" 05

2.1.3 David Ricardo e a "Teoria do Salário Natural" 06

2.2 Neoclássicos Versus Keynes e a Exclusão Social 06

2.3 Exclusão Social e Revoluções 08

2.3.1 A Revolução Industrial 08

2.3.2 A Revolução Francesa 10

2.3.3 A Revolução Russa 10

2.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos 11

2.5 Direitos Sociais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 11

3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES SOCIAIS 13

3.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 13

3.2 Índice De Gini 15

3.3 Índice De Exclusão Social (IES) 16

4 POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL **19**

4.1 Características do subdesenvimento 23

4.2 Distribuição de Renda 25

4.3 Políticas de combate à Desigualdade Social 26

4.3.1 Ações de Enfrentamento da Pobreza no Brasil 28

5 ÍNDICES DE EXCLUSÃO SOCIAL **33**

5.1 Índice de Exclusão Social segundo Pochmann (2007) 33

5.1.1 Índice de Exclusão Social , segundo Pochmann, para o Tocantins 40

5.2 Índice de Exclusão Social Segundo Lemos (2003) 42

5.2.1 Índice de Exclusão Social para o Estado do Tocantins 47

Digitized by Google

5.3 Relação entre os Índices de Exclusão Social Estudados 47
6 CONCLUSÃO 50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 53
ANEXOS 55
ANEXO A - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 56
Tabela 1.1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano para Países Selecionados, 1975-2001 56
Tabela 2.1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados Brasileiros, 1991 e 2000. 57
Tabela 3.1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no Tocantins, 2000 58
ANEXO B - ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL 61
Tabela 13.1 - Índice de Exclusão Social nas Capitais Brasileiras, 2000 61
Tabela 14.1 - Índice de Exclusão Social no Estado do Tocantins, 2000 62
Tabela 16.1 - Níveis de Exclusão Social e de Privações nos Estados Brasileiros, 2000 65
Tabela 17.1 - Níveis de Exclusão Social nas Capitais dos Estados e do Distrito Federal 66
ANEXO C - ESCOLARIDADE 67
Tabela 10.1 - Escolaridade por sexo e cor (em %) 67
ANEXO D - MAPAS DE EXCLUSÃO SOCIAL 68
Mapa - Índices de Exclusão Social no Brasil 68
Mapas - Índices de Exclusão Social Através de Suas Variáveis 69
Mapas - Índices de Exclusão Social nas Regiões Brasileiras 73
Mapas - Índices de Exclusão Social no Estado do Tocantins 76

Digitized by Google

1. Introdução

O estudo da Exclusão Social no Brasil é um tema que tem se destacado por sua importância social e econômica. Sua solução é um requisito essencial para que uma nação possa ter um desenvolvimento sustentável e um ambiente promissor e seguro para os investidores. Segundo Pochmann e Amorim (2007), a exclusão social é entendida como a impossibilidade de acesso a alguns direitos sociais básicos que, em decorrência, leva os grupos nessa situação à condição de "subcidadãos", sem acesso às mínimas condições de sobrevivência para que tenham uma vida digna como qualquer cidadão.

No caso do Brasil, a exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento capitalista. A escravidão, predominante por mais de três séculos no país, apresenta-se como o regime de exclusão social por excelência, pois o acesso do negro aos direitos civis era precário, bem como sua presença no mercado de trabalho era caracterizada por ocupações inferiores, além da predominância de uma inatividade forçada e de acesso a empregos eventuais. Mesmo com a abolição da escravatura, em geral, não houve possibilidades de formas minimamente dignas de acesso à cidadania para essa parte expressiva da sociedade brasileira (Pochmann e Amorim, 2007).

Grande parte das dificuldades associadas aos indicadores sociais do Brasil ocorre paralelamente ao processo de urbanização, característica crescente do perfil da sociedade brasileira. Houve um aumento significativo dos níveis de pobreza absoluta da população brasileira e dos níveis de desigualdades e de exclusão social tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais do Brasil. (Lemos e Nunes, 2003).

Neste estudo, optou-se por descrever a exclusão social, em todas as regiões brasileiras, através dos índices criados para indicar o problema e mapeá-lo. Este trabalho surgiu com o intuito de medir e localizar a exclusão social no Brasil e mostrar onde ela se concentra e seus diferentes graus de intensidade e consequências, favorecendo assim a ação do Estado. Estas ações poderão corrigir ou resolver tal problema social através de medidas que ataquem o problema específico em seu espaço, cultura e essência. Conforme observação de Pochmann e Amorim (2007), o índice de exclusão social é um indicador comparativo das

Digitized by Google

condições sociais nas diferentes unidades estabelecidas pelo estudo e apresenta a situação de disparidades entre as distintas regiões do país.

O estudo do Índice de Exclusão Social tem como unidade básica de estudo o município. Ao escolher esta unidade, o objetivo foi apresentar a realidade social do país de forma mais transparente através do estudo e tabulação de um número maior de variáveis de um espaço delimitado, onde os atores locais podem mostrar o foco do problema. O índice, ao ser aplicado, mostrou como resultado as principais carências de cada um dos 5.507 municípios brasileiros e apresentou-se e efetivou-se como uma ferramenta mais eficiente para ser utilizada pelos gestores públicos, para que estes possam atuar de modo efetivo e combater a pobreza, a miséria e o estado de exclusão social.

Apesar das mudanças sociais, econômicas e políticas verificadas no Brasil ao longo dos séculos XVIII, XIX E XX, as desigualdades sociais, no entanto, se mantiveram. Devido a esse quadro, há uma necessidade da identificação dessa injustiça social com o intuito de desenvolver e implantar soluções que possa resolver esse problema de forma mais concreta. Tal contexto tende a se agravando devido ao fato de que, com a evolução da sociedade e dos problemas que surgem com esta, como a poluição, o desemprego e outros, são requeridas novas necessidades básicas que precisam ser estendidas a toda população para que possam alcançar uma qualidade de vida digna (Pochmann e Amorim, 2007).

As principais carências de grande parte da população brasileira são caracterizadas pela não disponibilidade de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde, ou seja, condições básicas para a sobrevivência, o que define a exclusão dessas pessoas. A natureza social da pobreza implica que, não somente as pessoas consideradas pobres ou excluídas socialmente são atingidas por este fenômeno multidimensional como toda a sociedade. Esse contexto social de desigualdade e injustiça social propicia a marginalização e a exclusão de grande parte da sua população, o que gera instabilidade social, degradação ambiental e no último caso pode levar as revoltas populares ou revoluções sociais e desestabilizar o sistema capitalista em algumas regiões.

O presente estudo pretende responder historicamente à pergunta de como a exclusão social foi tratada pela sociedade e pelos economistas no passado e como é o tratamento no presente, tendo como base o Índice de Exclusão Social.

Nos capítulos seguintes, procura-se descrever e analisar como a questão da exclusão social foi tratada tanto pelos economistas no passado quanto por instituições nacionais e internacionais. Procura-se apresentar as diversas fases da exclusão social no Brasil e também como está se desenvolve no Estado do Tocantins. Por último, descreveu e analisou os índices

Digitized by Google

de exclusão social existentes, sua importância e suas principais contribuições para que este problema seja conhecido por toda a sociedade. As conclusões que se podem tirar dos resultados desses indicadores para que se possa desenvolver políticas públicas mais concretas e adequadas a este contexto social.

Digitized by Google

2. Estado da arte

No presente capítulo apresenta-se as principais visões teorias ou idéias que foram desenvolvidas, citadas ou legisladas sobre exclusão social em diversas épocas históricas.

2.1 A Escola Clássica

O liberalismo econômico foi defendido por vários autores; dentre eles, pode-se citar Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. Estes defenderam o fim da intervenção do Estado na economia, à livre concorrência e o fim das medidas protecionistas e dos monopólios. Estes não reconheciam a exclusão social, como um problema da sociedade e sim do próprio trabalhador, que estava naquela situação de penúria porque não queria trabalhar pelo salário ou pelo preço que o mercado estava lhe oferecendo pela sua mão-de-obra. Por outro lado, os não-liberais defendiam que se a economia é deixada à livre determinação do mercado ou do capitalista, a exclusão social tende a agravar devido ao fato de o homem econômico agir racionalmente, buscando maximizar seus rendimentos, levando à concentração de renda e, conseqüentemente, à exclusão social.

2.1.1 Adam Smith

Para Adam Smith, o Estado deve desempenhar três funções: manter a segurança militar, administrar a justiça e construir e manter certas instituições públicas. Segundo ele, a intervenção do Estado em outras questões era inútil e prejudicial à economia, pois tendia a alocar mal os recursos e, conseqüentemente, reduzir o bem-estar social, a economia seria guiada por uma "mão invisível", ou seja, pelas leis naturais do mercado. Essas leis eram: a livre concorrência e a competição entre os produtores, que determinavam o preço das mercadorias e eliminavam os fracos e os ineficientes. Assim, o mercado torna-se responsável pela regulamentação da economia, trazendo harmonia social e econômica, sem intervenção do Estado (Shermam, 1998).

> Tendo em vista exclusivamente a própria segurança; ao dirigir a indústria de modo a que os bens produzidos alcancem o maior valor possível,... é levado por uma mão

Digitized by Google

> invisível a promover o interesse da sociedade de forma mais eficaz do que quando é realmente sua intenção promovê-lo. (Shermam, 1998, p. 63).

Para Adam Smith, se o trabalho determinava a propriedade nacional e o mesmo não se realizava sem o trabalhador, e, conseqüentemente, esse não viveria sem o salário, portanto este deveria receber no mínimo um salário que correspondesse ao necessário para sua própria reprodução (salário eficiência).

No entanto, como alertavam os economistas não-liberais, se a economia é deixada à livre força do mercado, a exclusão social irá aumentar, pois, ao contrário do que diziam os liberais, os capitalistas buscam seu próprio bem-estar e este raramente será o melhor para a sociedade como um todo. O salário estava condicionado à procura e à oferta de mão-de-obra, considerava-se suficiente apenas uma quantia para a subsistência do trabalhador, o que não era suficiente para uma família viver com dignidade. "Assim, as leis do mercado justificavam os salários de fome e a exploração dos trabalhadores" (Cotrim, 2007, p.281).

2.1.2 Thomas Malthus e a "Teoria da População"

A "Teoria da População" de Thomas Malthus publicada em 1798 demonstra sua preocupação diante da questão social agravada pela miséria crescente do operariado na Inglaterra. Segundo ele, a população crescia em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência cresciam em progressão aritmética, o que resultava em miséria e pobreza. Malthus era contrário a qualquer intervenção do Estado para tentar resolver o problema e afirmava que isso serviria apenas para estimular o aumento da população e o agravamento da questão. Para ele, a própria natureza seria incumbida de resolver tal problema, pois aumentaria a mortalidade devido à fome.

O essencial da teoria de Malthus, como enfatiza Hugon (1995, p. 112), se resume que há uma falta de concordância entre o poder de reprodução da espécie humana e a capacidade de produção dos meios de subsistência e que o excedente deve desaparecer".

> "Um homem que nasce em um mundo já ocupado não tem o direito de reclamar parcela alguma de alimento, no grande banquete da natureza não há lugar para ele". A natureza intima-o a sair e não tarda em executar essa intimação (Hugon, 1995, p. 112).

Preocupado com o crescimento populacional acelerado, Malthus publica uma série de idéias alertando a importância do controle da natalidade, afirmando que o bem-estar populacional estaria intimamente relacionado com o crescimento demográfico do planeta. Ele

Digitized by Google

acreditava que o crescimento desordenado acarretaria a falta de recursos alimentícios para a população gerando, como conseqüência, a miséria e a fome. (Coulon, 1995)

2.1.3 David Ricardo e a "Teoria do Salário Natural"

David Ricardo, por sua vez, desenvolveu em 1817 a "teoria do salário natural", ou seja, o mínimo para a subsistência do trabalhador e de sua família. Era a chamada "lei férrea dos salários". O preço natural do trabalho depende do preço do alimento, necessário à subsistência do trabalhador e sua família. Ele afirmava que o crescimento da população gerava a necessidade do aumento das áreas de cultivo, elevando os preços dos alimentos, o que exigia a elevação dos salários nominais dos trabalhadores, fazendo assim aumentar o ritmo de crescimento da população. Segundo Ricardo, não deveria haver nenhuma intervenção, nem por parte do Governo ou sindicatos, pois entraria em conflito com as leis econômicas. (Brue, 2005).

De acordo com Coulon (1995), a "lei férrea dos salários" serviu para fornecer aos ricos proprietários e industriais a justificativa que eles precisavam para calar sua consciência sobre o grau de exploração em que mantinham os trabalhadores. Ricardo levou-os a concluir que "a compaixão pelo homem que trabalha não só é descabida como também prejudicial".

2.2 Keynes versus Neoclássicos exclusão social

É importante entender como se determina o salário numa economia capitalista para entender que o trabalhador desempregado torna-se um excluído social involuntariamente. Para isso, precisa-se voltar à concepção dos economistas neoclássicos em relação aos salários e à refutação dessa teoria por Keynes. As modernas teorias sobre a determinação dos salários foram criadas, em sua maior parte, em função das idéias desses economistas.

Para os neoclássicos (corrente de economistas, surgida no fim do século XIX, que adota os mesmos pressupostos dos economistas clássicos, e que teve como grandes expoentes Marshall, Pareto, Pigou e Wicksell, entre outros) os salários são determinados pela lei da oferta e da procura. A curva da demanda do trabalho é inversamente inclinada; a cada nível de salário mostra quanto os patrões se dispõem a pagar, considerando que o patrão é um agente perfeitamente racional, e, portanto, fará os cálculos de custo-benefício para cada nível de salário. Sendo assim, quanto maiores os salários, menos trabalhadores os patrões desejam contratar e vice-versa. A curva de oferta de trabalho, diretamente inclinada, mostra quantos

Digitized by Google

trabalhadores se dispõem a trabalhar a cada nível de salário. No entanto, quanto maiores os salários, mais trabalhadores oferecerão sua força de trabalho, considerando que, para os neoclássicos, os trabalhadores agem de forma perfeitamente racional, isto é, para cada nível de salário eles irão comparar o "desprazer" (desutilidade marginal do trabalho) com o "prazer" (utilidade) do salário recebido. O equilíbrio do mercado ocorre no ponto em que as duas curvas se encontram, isto é, neste ponto os trabalhadores aceitam o salário e os demais "não querem" trabalhar por esse salário e se retiram do mercado. Nessa teoria sempre haverá pleno emprego (ausência de desemprego), de forma que o desemprego existente podem ser classificados dentro de duas categorias sendo a primeira denominada de "voluntário" e a segunda por mudança ou evolução da tecnologia existente ou outro motivo relacionado com a capacitação do empregado para desempenhar uma função. Sendo que dentro dos desempregados voluntários classificam aqueles trabalhadores que não querem trabalhar a preço de mercado, isto é, preferem não trabalhar do que receber o salário que lhe é oferecido no mercado ou estão mudando de emprego. (Abreu, (s/d)).

Dessa forma, uma característica fundamental do mercado de trabalho para os neoclássicos é que os salários são flexíveis, na medida em que vão se ajustando aos níveis de oferta e procura. O trabalhador é visto como alguém preguiçoso, que não gosta de trabalhar e somente o faz em troca de um salário que compense o seu esforço. (Abreu, (s/d)).

Keynes se opôs a essa teoria que, no seu entender, não expressava a realidade do capitalismo, que já estava em sua fase monopolista e tinha passado por uma de suas piores crises em 1929, conhecida como a Grande Depressão, da qual ele tirou muitas lições e teorias. (Abreu, (s/d)). As objeções de Keynes à teoria neoclássica eram: em primeiro lugar, a inflexibilidade dos salários, tanto para elevação como para queda; em segundo lugar, discordava dos neoclássicos em relação à força que os trabalhadores teriam para determinação dos salários. Na concepção de Keynes, os trabalhadores tinham pouca força e quem acabava determinando o salário era a demanda, isto é, os patrões pela sua força e capacidade de organização determinavam as regras. Nesse aspecto, observa-se que ele já tinha percebido que, na realidade, sempre havia mais oferta de mão-de-obra do que postos de trabalhos no mercado, o que delimitava o poder dos trabalhadores. Em terceiro e último lugar, Keynes não concordava com a idéia de que o pleno emprego era a situação normal e mais comum e que o desemprego existente era apenas voluntário, como colocavam os neoclássicos. Justamente o normal, no capitalismo, é a existência de um número razoável de desempregados que procuram emprego e não o encontram, portanto, não podem ser desempregados voluntários, mas sim "involuntários", como denominava Keynes.

Digitized by Google

Também se opôs à idéia dos neoclássicos de que, em uma situação de crise, o desemprego involuntário poderia aparecer e seria rapidamente absorvido pela própria dinâmica do mercado. Nessa situação, segundo os neoclássicos, o próprio jogo do mercado faria com que os salários baixassem e todos ficariam empregados. Keynes mostrou ser falsa essa visão, pois na própria crise de 1929, o tempo passava e o desemprego aumentava, apesar do jogo do mercado. Nesse aspecto, a concepção dos neoclássicos dificilmente ocorre na realidade, pois dificilmente os trabalhadores já empregados irão aceitar uma queda no seu salário, para que todos fiquem empregados. Portanto, esse jogo flexível e simples da lei da oferta e da procura dos neoclássicos se torna irreal e prevalece o desemprego involuntário, característico das economias capitalistas.

Em 1929, Keynes observou que os trabalhadores desempregados estavam aceitando trabalhar por "um prato de comida" e, mesmo assim, não encontravam emprego; a fome e a miséria atingiram grande parte dos trabalhadores americanos e, por isso, afirmou que o Governo deveria entrar na economia criando emprego e renda. (Abreu, (s/d)).

2.3 Exclusão Social e Revoluções

A exclusão social pode levar a revoltas e revoluções que tem a capacidade de mudar o paradigma de uma época, como se observa na descrição da Revolução Industrial, Francesa e Russa. Na primeira revolução, os trabalhadores excluídos reforçaram, obrigatoriamente, o poder dos industriais ingleses, ao serem obrigados, pelo Estado, a trabalhar em troca de comida nas prisões feitas dentro das fábricas. Na segunda e na terceira, os trabalhadores excluídos fizeram revoluções políticas e sociais, tomaram o poder de alguma forma e mudaram os conceitos e os paradigmas da época, bem como destruíram o sistema político vigente.

2.3.1 A Revolução Industrial

A Revolução Industrial, conforme Sandroni (2005) foi um conjunto de transformações tecnológicas, econômicas e sociais ocorridas nos séculos XVIII e XIX, que resultou na instalação do sistema fabril e na difusão do modo de produção capitalista. Essa aceleração do processo produtivo teve início na Inglaterra.

Com a Revolução Industrial surgiu a sociedade capitalista, baseada na divisão dos indivíduos em duas classes: os capitalistas, detentores dos meios de produção, e os

Digitized by Google

trabalhadores, homens livres que vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Essa nova forma de organização social e econômica gerou muita riqueza e um enorme progresso material, mas criou também uma massa de trabalhadores pobres, no campo e na cidade. (Shermam, 1998).

Devido à mecanização no campo, grande parte dos camponeses foi obrigada a ir para as cidades. Com o excedente de trabalhadores, os salários eram muito baixos e a classe operária era obrigada a se submeter a uma longa jornada de trabalho. Os mesmos viviam em condições precárias de infra-estrutura urbana devido ao crescimento desordenado das cidades e, além dos homens, mulheres e crianças também eram submetidas a essa situação:

> As crianças estavam ligadas às fábricas por contratos de aprendizagem, de 7 anos de duração ou até que completassem 21 anos. Quase nada recebiam como pagamento pelas longas horas dedicadas ao trabalho sob as mais penosas condições. A Lei dos Pobres conferia às autoridades poder para entregarem, sob contrato, às fábricas os filhos dos indigentes. Tal prerrogativa deu origem a "barganhas regulares em que as crianças eram negociadas como meras mercadorias entre os fiandeiros, de um lado, e as autoridades que executavam a Lei dos Pobres, de outro. Lotes de cinqüenta, oitenta ou cem crianças eram enviados, como gado, para as fábricas, onde permaneciam por vários anos". O tratamento dispensado às mulheres em nada ficava a dever ao que recebiam as crianças. (Shermam, 1998, p.73).

A citada "Lei dos Pobres" suplementava os salários de fome, então pagos proporcionalmente ao preço do trigo e ao número de filhos da família. O dinheiro necessário não vinha diretamente do Estado, mas da "taxa dos pobres" paga pelos contribuintes cujas posses ultrapassassem um valor determinado. Para os proprietários de terras o sistema era muito vantajoso, pois transferia a todos os contribuintes os gastos com os trabalhadores e, na entressafra, quando o salário era cortado, os trabalhadores eram mantidos com o adicional garantido pela "Lei dos Pobres". (Bueno, 2003).

A "Lei dos Pobres" concedia auxílio financeiro a estes, mas obrigava os homens capazes a prestarem serviços em asilos e albergues. As crianças tinham que freqüentar a escola e quem não trabalhava era açoitado, preso e poderia ser até condenado à morte. O salário deveria ser suficiente para garantir apenas a "existência" dessas pessoas. Conforme Bueno (2003), a lei citada consolidou a idéia de que o Governo é responsável pelos pobres e foi o embrião do moderno Estado do Bem-Estar Social.

Muitas áreas agrícolas, antes cultivadas e que garantiam a subsistência de inúmeras famílias de camponeses, foram cercadas e transformadas em pastagens para a produção de lã. Sem condições de adaptarem-se à rígida disciplina da manufatura ou mesmo à vida urbana, os camponeses transformaram-se em mendigos. Durante todo o século XVI apareceram leis e decretos para diminuir essa categoria. Essas leis eram geralmente desumanas e proibiam a

Digitized by Google

existência de desempregados, punindo com severas penas o "crime" de vadiagem. (Sandroni, 2005).

2.3.2 Revolução Francesa

A Revolução Francesa resultou das imensas injustiças sociais que marcavam a França, a nação mais populosa da Europa ocidental daquela época. Tão populosa quanto atrasada, a França era governada por uma monarquia absolutista que alimentava uma forte concentração de renda e terras nas mãos do clero e da aristocracia, os chamados notáveis. Esses formavam, respectivamente, o primeiro e o segundo Estado, numa sociedade de caráter estamental, que ainda guardava vestígios da velha ordem feudal. Contrastando-se com a riqueza dos notáveis, a massa de camponeses ainda estava submetida a obrigações servis, enquanto que em Paris crescia o descontentamento da população mais pobre, o que assustava cada vez mais setores da nobreza e do clero, mas não os sensibilizava o suficiente .

Juntamente com os pobres urbanos e camponeses, a burguesia excluída do poder político compunha o terceiro estado, os chamados "comuns", que representavam 95% da população e arcavam com o ônus dos impostos e das contribuições para o rei, clero e nobreza. Com as péssimas colheitas em 1788 e o rigoroso inverno no ano seguinte, a fome e as revoltas passaram a ser constantes na França, assim como o desabastecimento das cidades e a retração do comércio interno. O país vivia uma situação caótica e os privilégios da nobreza e do alto clero contribuíam para dilapidar mais ainda a já debilitada situação financeira do país, o que acabou culminado na revolução. (Cotrim, 2007).

2.3.3 Revolução Russa

Nas primeiras décadas do século XX, os governos da maioria dos países europeus adotavam regimes políticos liberais. O Império Russo, no entanto, ainda era governado por uma monarquia absolutista, sob o comando de um czar. A economia do país era predominantemente rural, 80% de sua economia estava concentrada no campo, com ênfase na produção de trigo. Os trabalhadores rurais viviam em extrema miséria e pobreza, pagando altos impostos para manter a base do sistema czar. O czar governava a Rússia de forma absolutista, ou seja, concentrava poderes em suas mãos não abrindo espaço para a democracia. (Cotrim, 2007).

Digitized by Google

Faltavam alimentos, empregos para os trabalhadores, salários dignos e democracia. Mesmo assim, o Governo jogou a Rússia numa guerra mundial. As greves de trabalhadores urbanos e rurais espalharam-se pelo território russo. As manifestações populares pediam democracia, mais empregos, melhores salários e o fim da monarquia czarista. Em 1917, Lênin assumiu o governo da Rússia e implantou o socialismo. Os combatentes russos foram retirados da Primeira Guerra Mundial. As terras foram redistribuídas para os trabalhadores do campo, sendo confiscadas dos nobres e da igreja ortodoxa, sem pagamento de indenizações. Os bancos foram nacionalizados e as fábricas passaram para as mãos dos trabalhadores. Foram elaborados planejamentos para todos os setores econômicos e instalado o partido único, o Partido Comunista. (Cotrim, 2007).

2.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos

Em 10 de dezembro de 1948, durante a realização da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que visa o desenvolvimento e progresso social, a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar da sociedade, através da garantia da cidadania e justiça a todos os seres humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por um preâmbulo e 30 (trinta) artigos que enumeram os direitos de homens e mulheres sem distinção. Esta lei garante a todo indivíduo o direito à dignidade: à vida, à liberdade, à segurança pessoal e social, ao trabalho e à proteção contra o desemprego, à educação gratuita, pelo menos ao que corresponde ao ensino fundamental, e a um nível de vida suficiente que lhe assegure saúde e bem-estar. Toda autoridade política tem a obrigação de garantir o respeito a essa declaração. A citada declaração veio então definir uma limitação de poderes e deveres do Estado.

2.5 Direitos Sociais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Não tendo o intuito de esgotar a imensa gama de direitos de cunho social contemplados na Carta de 1988, pode-se mencionar as seguintes garantias: o objetivo de assegurar os direitos sociais como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (preâmbulo da CRFB); a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho como fundamento da República brasileira (art. 1º, incisos III e IV); a construção de

Digitized by Google

uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação – tudo isso como objetivos fundamentais da república (art. 3º, incisos I, III e IV); a garantia dos direitos sociais como direitos e garantias fundamentais (art. 6º, Capítulo II do Título II); a função social da propriedade, a redução das desigualdades sociais e a busca do pleno emprego como princípios da ordem econômica (art. 170, incisos III, VII e VIII); a garantia estatal da previdência, da saúde e da assistência social (arts. 194, 196 e 203), bem como (arts. 205, 215 e 217), da educação, da cultura e do desporto.

Digitized by Google

3 Descrição dos principais índices sociais

Em seguida, serão apresentados alguns índices sociais considerados de grande importância por seu potencial para estabelecer comparações e demonstrar o padrão de vida de uma população.

3.1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Durante muito tempo o desenvolvimento dos países foi medido pelo PIB per capita, isto é, a divisão do PIB pela população do país em estudo, para demonstrar as condições de vida de sua população. Através da observação das limitações do PIB para aferir o desenvolvimento de um país, verificou-se a necessidade de se incorporar dimensões sociais para medir a riqueza (desenvolvimento) de um país. Visto que para se conhecer o grau de desenvolvimento de um país, um dos principais fatores a serem observados é a qualidade de vida de seus habitantes, foi criado, a partir dessas constatações, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que inclui além da renda, escolaridade e expectativa de vida.

Segundo Nali de Jesus (2005), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no final da década de 80 (1989), especificamente por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, tem o objetivo de ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Este índice mede o nível do desenvolvimento dos países, regiões e municípios. Passando, a partir de então, a representar uma mudança importante na maneira de visualizar o desenvolvimento por incorporar dimensões sociais, quais são:

- A longevidade; que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer;
- A educação; medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior;

Digitized by Google

- A renda; medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

A partir da construção desse índice foi possível construir rankings para as unidades estudadas. O IDH vai de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, mais desenvolvido é considerado o país. Pôde-se, então, classificá-los como países de alto IDH (maior que 0,8), médio (entre 0,5 e 0,8) e baixo desenvolvimento humano (abaixo de 0,5).

Conforme explica Gremaud (2006), como o IDH une indicadores econômicos e sociais, tem melhores condições que o PIB para avaliar o bem-estar de uma população, ou o grau de desenvolvimento social de um país, buscando chegar o mais próximo de uma medida que retrate o desenvolvimento social dos países.

Através de dados encontrados em Nali de Jesus (2005), foi possível observar uma evolução no IDH do Brasil, de 0,643 em 1975 para 0,777 em 2001, verifica-se uma evolução de 20,2%, como mostra a tabela 1. Para um total de 177 países que fizeram parte do estudo, o Brasil ficou na 65ª classificação, considerando o índice de 2001. Na classificação por nível de renda, o Brasil foi considerado um país de renda média alta, apesar da grande desigualdade existente no interior do mesmo. A tabela com o IDH para os demais países selecionados encontra-se no Anexo A, tabela 1.1,deste trabalho.

Tabela 1. – Brasil - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano:1975-2001.

	1975	1980	1985	1990	1995	2001	Classificação IDH de 2001	Variação 1975/2001
IDH	0,643	0,678	0,691	0,712	0,738	0,777	65	20,8

Fonte: PNUD, apud, Nali de Jesus, versão ampliada (2005), p. 12.

Na tabela 2, pode ser observada a evolução do IDH para os Estados da Região Norte do Brasil, entre 1991 e 2000. Os mesmos estão classificados por seu IDH referente ao ano de 2000. Como a evolução de um índice se deve a diversos fatores, entre eles, o momento histórico em que cada uma das unidades vive, podemos ressaltar o Estado do Tocantins, que teve a maior evolução entre os Estados da região, 16,2%. Tal resultado é devido este estar recém implantado em 1991. A tabela com o IDH para os demais Estados encontra-se no Anexo A, tabela 2.1 deste trabalho

.

Digitized by Google

Tabela .2 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano dos Estados da Região Norte do Brasil 1991- 2000.

Ordem	Estados	Região	1991	2000	Variação 1991/2000(%)
1º	Amapá	Norte	0,691	0,753	9,0
2º	Roraima	Norte	0,692	0,746	7,8
3º	Rondônia	Norte	0,660	0,735	11,4
4º	Pará	Norte	0,650	0,723	11,2
5º	Amazonas	Norte	0,664	0,713	7,4
6º	Tocantins	Norte	0,611	0,710	16,2
7º	Acre	Norte	0,624	0,697	11,7

Fonte: PNUD, apud, Nali de Jesus, versão ampliada (2005), p. 13.

Para o Estado do Tocantins foram selecionados dez municípios, os cinco que apresentam melhores posições no ranking do desenvolvimento humano em 2000 e os que apresentam as piores condições referentes ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Como pode ser observado na tabela .3, que o município de Palmas apresenta o maior IDH, e no extremo se encontra o município de Carrasco Bonito, apresentado na tabela 3.

Tabela 3 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Estado do Tocantins para Municípios Selecionados 1991 – 2000

Ordem de melhor para	Municípios Tocantins	IDHM,1991	IDHM,2000	Ordem de melhor para pior	Municípios	IDHM,1991	IDHM,2000
01	Palmas	0,696	0,8	135	Lagoa do Tocantins	0,48	0,574
02	Gurupi	0,717	0,793	136	Esperantina	0,419	0,572
03	Paraíso do Tocantins	0,71	0,777	137	Axixá do Tocantins	0,441	0,571
04	Cariri do Tocantins	0,613	0,752	138	Recursolândia	0,403	0,567
05	Porto Nacional	0,678	0,75	139	Carrasco Bonito	0,355	0,562

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, 2000.

A tabela completa, com os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal para todos os municípios do Estado do Tocantins, encontra-se em anexo por ordem de melhor situação para pior em relação ao ano de 2000. (Anexo A, na tabela 3.1, deste trabalho).

3.2 Índice de Gini

Digitized by Google

O Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em um país, ou seja, mede a distribuição de renda entre as classes sociais segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1(um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula), Gremaud (2006).

Através do cálculo desse índice é possível fazer classificações em relação à distribuição de renda de países de todo o mundo, podendo então observar que o Brasil encontra-se entre os países com maior concentração de renda. No ano 2000, a ONU divulgou um Índice de Gini para o Brasil de 0,607, somente suplantado por Suazilândia na África, um dos países mais pobres do mundo, para o qual a ONU estima um índice de Gini de 0,609. (Lemos, (s/d)).

Segundo dados do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - (2006), a evolução do Índice de Gini para o período de 2001 a 2004 foi de 0,593 para 0,569, respectivamente. Como pode ser observado na tabela 4, houve uma pequena evolução no indicador em questão, revelando uma pequena diminuição no quadro de concentração de renda no período analisado.

Tabela 4 - Índice de Gini Brasil - 2000/2004

ANOS	Índice de Gini-Brasil
2000	0,607
2001	0,593
2002	0,586
2003	0,580
2004	0,569

Fonte: Pnads 2001-2004, apud, Suarez e Soares(2006) p.22 e Lemos e Nunes (2006), p.2.
Nota: 2000 Lemos e Nunes (s/d), 2001 – 2004 Suarez e Soares (2006).

Conforme Sandroni (2005), a distribuição de renda é um dos campos em que a teoria econômica se liga mais intimamente à análise sociológica e política e às ideologias da sociedade de classe, que tentam justificar ou criticar a distribuição desigual de renda. Devido a isso, é grande importância do Índice para aferir esse grau de distribuição.

3.3 Índice de Exclusão Social (IES)

Digitized by Google

O Índice de Exclusão Social surgiu do fato que o desenvolvimento não aparece de modo uniforme para todas as regiões. Verificou-se que, para cada região, Estado ou município, deveriam ser desenvolvidos mecanismos ou estratégias que pudessem propiciar a redução da exclusão social, de acordo com as prioridades e realidades históricas locais. Tal assunto levou uma equipe de professores da UNICAMP a criar o Índice de Exclusão social (IES), que busca retratar a realidade local de cada um dos 5507 municípios brasileiros. (Pochmann, 2007).

O Índice de Exclusão Social - IES - foi criado em 2002 e publicado em 05/02/2003, sendo escolhido como unidade fundamental para esse estudo do município. No Brasil existem 5507 municípios, segundo o Censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2000), e foram representados em 41 mapas; nacionais, regionais e estaduais, tendo como objetivo possibilitar o reconhecimento do grau de desigualdade social existente nas diferentes regiões do país.

O IES utiliza parcialmente a metodologia empregada para apuração do IDH, mas procura ser mais amplo, estudando um conjunto maior de variáveis relevantes. Enquanto o IDH são estudados itens como longevidade, renda e alfabetização, para o Índice de Exclusão Social são estudados: pobreza, concentração de jovens, alfabetização, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade social. (Pochmann e Amorim, 2007).

Além do Índice de Exclusão Social desenvolvido pelos professores da UNICAMP, outro índice semelhante foi desenvolvido por Lemos e Nunes (2003), o Índice de Exclusão Social de Lemos, desenvolvido no ano de 2002, que tem características semelhantes ao mencionado anteriormente, no entanto, visa aferir o percentual de excluídos, em cada um dos municípios brasileiros e distrito federal, através das cinco variáveis a seguir: privação de água tratada, saneamento, coleta sistemática de lixo, educação e renda.

Ele não se limita apenas a hierarquizar os municípios e estados brasileiros como o IDH. Pelo IES é possível estimar o percentual de excluídos em cada um dos municípios, estados e regiões brasileiras, além de verificar qual a maior carência de cada uma delas. O objetivo do autor é que através dos resultados alcançados sejam traçadas estratégias que, num período de tempo hábil, mitiguem as carências causadoras do estado de apartação social em que se encontra porção significativa da população brasileira. (Lemos e Nunes,2003).

Todos os fatos mencionados anteriormente mostram que a pobreza e a exclusão social são problemas que vem sendo enfrentados desde os primórdios da história, sendo preocupação constante das organizações sociais e também dos governantes, estes com a preocupação de manter o atual sistema capitalista.

Digitized by Google

Estes índices de exclusão social desenvolvidos por Pochmann e por Lemos foram escolhidos para serem utilizados neste trabalho, e serão mais bem detalhados no capítulo 4.

Digitized by Google

4 Pobreza e exclusão social no Brasil

Sendo a pobreza e a exclusão social situações multidimensionais e passíveis de mudança em função de diversidades regionais, de fatores culturais, das condições da economia e do momento histórico, fica difícil defini-las coerentemente para todos os casos. No entanto, será apresentada uma breve definição de ambas.

Uma família é considerada pobre quando a soma de seus rendimentos é insuficiente para suas necessidades básicas –alimentação, saúde, educação, moradia e transporte, entre outras necessidades fundamentais (Rezende e Tafner, 2005). No Brasil, tal questão é associada ao valor do salário mínimo, ou seja, são consideradas pobres aquelas famílias cuja renda mensal é inferior a meio salário mínimo por pessoa.

Segundo dados do Rezende e Tafner (2005), com base nos critérios descritos anteriormente, em 2002 no Brasil cerca de 49 milhões de pessoas e 10 milhões de domicílios podiam ser considerados pobres, o que equivale a 29% da população total e 22% dos domicílios do país.

A exclusão social pode ser interpretada de uma forma mais abrangente, compreendendo fatores como: raça, gênero, idade, condição socioeconômica entre outros (ver tabela 5). No entanto, são excluídos socialmente todos aqueles que não tem condições econômicas de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum de seus aspectos.(Rezende e Tafner, 2005).

No Brasil, o salário mínimo é o parâmetro mais utilizado nas regras de formatação da maior parte dos programas sociais de transferência de renda do governo, por isso foi adotado por diversos estudiosos para medir a pobreza e exclusão social. Porém, em alguns estudos é adotado o critério da ONU para medir o número de pobres existentes, (população que sobrevive com menos de um dólar americano per capita por dia) dificultando a comparação, pois apresentam uma grande discrepância pelo fato de serem utilizados critérios de pesquisa diferenciados.

Vários estudos tem demonstrado que a exclusão social afeta de forma mais intensa as mulheres que os homens, assim como mais os negros que os brancos. No entanto, um fato

Digitized by Google

agravante tem sido observado: o número de famílias chefiadas por mulheres nos últimos anos vem aumentando bastante, em 1993 era de 19,7% e passou para 28,8% em 2006. Os domicílios chefiados por mulheres apresentam maior incidência entre aqueles em assentamentos subnormais (favelas); em 2006 são 4,3% para os chefiados por mulheres contra 3,2% para os chefiados por homens. Para negros e brancos a diferença apresentada é ainda maior: 2,4% para os domicílios chefiados por brancos e 5% para os chefiados por negros. (IPEA, 2008).

Quanto às condições de acesso da população brasileira aos serviços de saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, enquanto 98,8% dos domicílios chefiados por brancos possuem coleta de lixo, apenas 95,9% dos domicílios chefiados por negros possuem o mesmo serviço, sendo que 97,5% de todos os domicílios brasileiros possuem esse serviço; enquanto 86% dos domicílios chefiados por brancos possuem esgotamento sanitário, este valor é de 71,4% para os domicílios chefiados por negros. (IPEA, 2008).

Segundo Rezende e Tafner (2005), a taxa de participação no mercado de trabalho atingiu seu pico (61,2%) em 2002 (ver tabela 5), podendo ser observado claramente que a participação no mercado de trabalho é diferenciada por gênero, raça e faixa etária, enquanto os homens ocupavam 73,1% das vagas de serviço em 2003, as mulheres ocupavam apenas 50,2%. Entre a raça negra e não-negra também pode ser observada alguma diferença, porém menor do que a observada anteriormente, 61,5% e 61,0%, respectivamente. Quanto aos jovens entre 10 e 14 anos, pôde-se observar um declínio na taxa de ocupação de 21,1% em 1993 para 12,6% em 2002, não havendo grandes mudanças dentro das demais faixas etárias.

Tabela 5 - Taxa de Participação no Mercado de Trabalho por gênero, raça e faixa etária

Atributos individuais		1993	2002
Taxa de Participação		**60,9**	**61,2**
Gênero	Masculino	75,8	73,1
	Feminino	46,8	50,2
Raça ou cor	Negra	61,5	61,5
	Não-Negra	60,4	61,0
Faixa Etária	10 a 14	21,1	12,6
	15 a 24	66,2	63,0
	25 a 59	75,6	77,8
	60 e mais	34,0	31,0

Fonte: Pnad, apud Rezende e Tafner (2005), p. 104.

Taxas de participação e de desocupação são faces opostas de uma mesma moeda, "Assim, taxas de participação baixas e decrescentes de jovens e adultos correspondem a taxas

Digitized by Google

de desocupação altas e crescentes no período analisado".(Rezende e Tafner, 2005 p. 103). Esses dados podem ser verificados na tabela 6, onde mostra que a desocupação entre homens e mulheres é bastante diferenciada assim como também entre negros e não-negros.

Tabela 6 - Taxa de Desocupação no Mercado de Trabalho por gênero, raça e faixa etária

Atributos individuais		1993	2002
Taxa de Desocupação		**6,3**	**9,2**
Gênero	Masculino	5,5	7,4
	Feminino	7,6	11,7
Raça ou cor	Negra	7,1	10,4
	Não-Negra	5,7	8,2
Faixa Etária	10 a 14	9,5	11,3
	15 a 24	11,8	18,1
	25 a 59	4,3	6,5
	60 e mais	1,0	2,6

Fonte: Pnad, apud Rezende e Tafner (2005), p. 104

As mulheres vem conseguindo ascensão no mercado de trabalho. Em 1996, 46% delas encontravam-se empregadas, proporção que aumentou para 52,6% em 2006. Apesar dessa evolução, elas ainda não acompanharam a participação dos homens, que, para o mesmo ano, foi de 72,9%. Entre as jovens de 16 a 17 anos e os jovens da mesma idade há uma grande diferença: enquanto 81,35% dos jovens encontravam-se ocupados em 2006, somente 68,9% das jovens estavam ocupadas. Já a taxa de desocupação para as jovens era de 31,1% contra 18,7% para os jovens. (IPEA, 2008).

Através dos dados de Rezende e Tafner (2005) expostos na tabela 7, o emprego formal passou de 37,5% em 1993 para 38,4% em 2002. Observa-se que a taxa de emprego formal para homens e mulheres em 2002 é igual, no entanto, há um grande diferencial entre a população negra e não-negra que é de 32,9% e 43,0%, respectivamente.

Tabela 7 - Taxa de Inserção Formal no Mercado de Trabalho por gênero, raça e faixa etária

Atributos individuais		1993	2002
Inserção Formal		**37,5**	**38,4**
Gênero	Masculino	38,8	38,4
	Feminino	35,4	38,4
Raça ou cor	Negra	31,4	32,9
	Não-Negra	42,3	43,0
Faixa Etária	10 a 14	1,9	0,7
	15 a 24	34,9	36,0
	25 a 59	43,5	42,8
	60 e mais	13,5	12,05

Fonte: Pnad, apud Rezende e Tafner (2005), p.104

Digitized by Google

De acordo com dados do IPEA (2008), a entrada no mercado de trabalho para os negros ocorre mais cedo e a saída mais tarde. Ainda segundo dados do IPEA (2008), a taxa de participação da população negra de 10 a 15 anos em 2006 era de 15,0%, comparados a 11,6% entre brancos. Para a população negra com 60 anos ou mais, 34,7% encontravam-se ocupados em 2006, comparados a 29,3% da população branca na mesma faixa etária. Esta questão pode ser explicada pelas formas mais precárias de inserção vividas por esse segmento da população, fazendo com que não tenha garantia de proteção social na velhice.

Através dos resultados observados, fica evidente que a exclusão social está mais presente na vida de mulheres, da população negra, dos adolescentes entre 10 e 14 anos e das pessoas com 60 anos de idade, conforme já havia sido mencionado anteriormente.

Os fatores mencionados acima, em conjunto com outros tantos fatores, explicam o fato da renda domiciliar per capita do total de domicílios brasileiros apresentar um modesto crescimento real, de apenas 6,6% no período 1993-2002, em consonância com o fraco desempenho da economia na década. Pode-se também verificar que, nas regiões metropolitanas, a renda familiar teve uma modesta evolução 2,8%, enquanto nas regiões urbano não metropolitanas tiveram um aumento de 5,3%. Em contrapartida, a região rural teve uma retração de 5,8%, como mostra a tabela 8.

Tabela 8 - Índice de Evolução da Renda Familiar per capita 1993-2002

Índice de Evolução da Renda Familiar Per Capita 1993-2002 (base 1993=100)				
Unidades espaciais	**1993**	**1996**	**1999**	**2002**
1.1. Regiões Metropolitanas	100	113,8	103,4	**102,8**
1.2. Urbano não Metropolitanas	100	107,5	105,6	**105,3**
1.3. Rural	100	93,1	96,7	**94,2**
TOTAL	**100**	**109,3**	**104,4**	**106,6**

Fonte: Pnad, apud, Rezende e Tafner (2005) p. 93.

A obtenção de bens de primeira necessidade é um dos critérios utilizados para verificar o padrão de vida de uma família. No entanto, a partir de dados do IPEA (2008), tem-se que enquanto em 2006 somente 5,5% dos domicílios chefiados por brancos não possuíam geladeira, esta situação alcança 17,0% dos domicílios chefiados por negros, (tabela 9). Esses números são alarmantes devido ao fato de ser um bem considerado de primeira necessidade. A diferença apresentada entre a área urbana e rural pode ser explicada pela dificuldade de acesso à energia elétrica.

Os dois casos muitas vezes se sobrepõem, tendo em vista a grande proporção de negros nas áreas rurais que, entre negros e pardos, em 2006 representavam 61% do total de pessoas residentes nestas áreas. A relação de desigualdade permanece no que diz respeito aos

Digitized by Google

demais bens, como pode ser observado na tabela 9.

Tabela 9 - Proporção de domicílios que não possuem determinado bem, por cor/raça do chefe e localização do domicílio - Brasil, 2006.

	Cor/Raça do Chefe		Localização do domicílio	
Bem pesquisado	Branca	Negra	Urbano	Rural
Geladeira	5,5	17,0	10,9	43,2
Máquina de Lavar	49,8	77,0	72,5	94,5
Televisão	4,5	11,3	5,7	30,7
Freezer	75,8	89,3	89,6	91,1
Telefone	43,9	67,4	58,6	94,3

Fonte: IBGE Pnad, apud, Ipea (2008) p. 13.

A exclusão digital apresenta-se como um dos principais desafios no acesso à informação. Em 1993, 87,4% dos domicílios não possuíam microcomputador e em 2006 este percentual já teria caído para 77,9%. Apesar do avanço observado, este ainda é um bem pouco acessível a grande parte da população brasileira. (IPEA, 2008 p.13).

4.1 Características do subdesenvimento.

Como muitos estudos já demonstraram, o crescimento econômico de um país não é, sozinho, suficiente para melhorar a qualidade de vida de toda sua população. Apesar do crescimento do PIB, as riquezas permanecem concentradas, como foi evidenciado anteriormente. Grande parte desse crescimento econômico é absorvida pelo aumento da população, entretanto, os bens de consumo diminuem proporcionalmente, apesar da ampliação da produção. (Franco, 2000).

De acordo com Sandroni (2005), um país é considerado subdesenvolvido quando:

> É economicamente atrasado, como é o caso da maioria dos países da América Latina, África e Ásia sua situação econômica caracteriza-se em geral por baixa renda *per capita*, grande dependência da exportação de um número reduzido de produtos primários, altos índices de desemprego e subemprego, subconsumo acentuado, índice de poupança muito reduzido e concentrado e altas taxas de natalidade e mortalidade. (Sandroni, 2005 p.619)

Conforme descreve Strahm (1992), o subdesenvolvimento é uma ruptura interna do terceiro mundo, ruptura essa que se manifesta até mesmo no interior de um único país, entre classes sociais e entre os centros e as regiões periféricas. Essa separação entre classe e gênero que se apresenta no interior de um país é um dos indicadores essenciais de subdesenvolvimento. Um exemplo importante no Brasil é o período denominado "Milagre

Digitized by Google

Econômico", onde 1% da população mais rica tomou uma parte do bolo econômico igual a metade que foi dividida para os mais pobres da população.

Segundo Franco (2000), pobreza não é apenas insuficiência de renda e desigualdade social, não é apenas desigualdade econômica, e sim insuficiência de desenvolvimento. No entanto, para a erradicação da pobreza – questão a ser diagnosticada a longo prazo - interessa considerar não apenas a renda, mas as relações dessa variável com outras variáveis do desenvolvimento.

Embora muitos estudiosos tratem o crescimento econômico e a distribuição da renda como únicos responsáveis pelo aumento da riqueza e redução das desigualdades sociais, Franco (2000) diz que muitos outros fatores devem ser priorizados e também distribuídos, fatores do desenvolvimento como o conhecimento (capital humano), o poder (capital social) e a riqueza (capital empresarial), para que haja realmente um desenvolvimento.

De acordo com Franco (2000), para esse enfrentamento é preciso aumentar os graus de acesso das pessoas não apenas à renda, mas também à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à capacidade e a possibilidade de influir nas decisões públicas. A promoção de tais capitais é primordial para a alavancagem do desenvolvimento, pois, baixos níveis de qualquer um dos capitais em questão, indicam baixos níveis de desenvolvimento.

Como pode ser observado, os níveis de capital humano no Brasil não são muito animadores, pois, a escolaridade média não alcança o patamar de 6 anos; 14,75% da população total são de analfabetos e apenas 18% da população tem escolaridade média de 11 anos. A distorção idade-série é também um fator preocupante, pois, 54% dos alunos do ensino médio freqüentam séries fora da idade recomendada. (Franco, 2000).

Através de dados do IPEA (s/d), em 1993 a população analfabeta no Brasil perfazia um total de 16,2% da população acima de quinze anos de idade. Em 2002 esses números já haviam apresentado uma pequena evolução, no entanto, ainda verifica-se que a percentagem de pessoas analfabetas alcançava 11,9%. A diferença mais alarmante observada é entre a população negra e não- negra: 17,3% e 7,5%, respectivamente, conforme a tabela 10.

Tabela 10 - Escolaridade por sexo e cor (em %)

Atributos individuais		1993	2002
Analfabetismo (15 anos e mais)		**16,2**	**11,9**
Sexo	Masculino	15,8	12,1
	Feminino	16,6	11,7
Raça ou Cor	Negra	24,3	17,3
	Não-Negra	10,0	7,5

Fonte: Pnad, apud Rezende e Tafner (2005), p. 108

Digitized by Google

Para maiores detalhes, a tabela completa, destacando os níveis de escolaridade, idade, gênero e cor no período acima citado, encontra-se em anexo (anexo C, tabela 10.1).

4.2 Distribuição de Renda

De acordo com o IPEA (2008), pode ser observado um enorme diferencial de rendimentos no mercado de trabalho, onde o salário de homens e de brancos tende a ser mais elevados do que o de mulheres e negros. Em 2006, os homens recebiam, em média, R$ 885,6 ao mês, enquanto as mulheres recebiam apenas R$ 577,0 em média, ou seja, 2/3 do salário dos homens. Entre os negros e os brancos a diferença é ainda mais alarmante; os primeiros recebiam cerca de metade do salário dos brancos: R$ 502,0 contra R$ 986,5. Enquanto as mulheres brancas ganham, em média, 63% do que ganham homens brancos, as mulheres negras ganham 66% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 32% do rendimento médio de homens brancos. Estes dados encontram-se na tabela 11.

Tabela 11 – Renda média da ocupação principal por sexo, segundo raça/cor. Brasil, 1996 e 2006

Cor/Raça e Sexo	Negros		Brancos		Total	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Mulheres	340,8	383,4	718,3	742,1	561,9	577,0
Homens	570,9	583,3	1264,5	1181,1	962,2	885,6
Total	**483,0**	**502,0**	**1044,2**	**986,5**	**804,4**	**754,2**

Fonte: IBGE Pnad, apud, IPEA (2008), p 14.

Conforme observa Franco (2000), mesmo com o aumento do PIB, a renda tende a permanecer concentrada, como pode ser observado em passado recente, quando o Brasil experimentou um grande crescimento econômico, no entanto, a renda permaneceu concentrada, fato que tenderá a permanecer sem maiores alterações enquanto os demais fatores, já citados, não forem melhor distribuídos.

Conforme (Strahm, 1992), o Brasil, assim como outros países de Terceiro Mundo, viveu um aumento astronômico das dívidas externas após 1974, com a crise econômica mundial. As conseqüências do endividamento podem ser observadas claramente como um dos muitos aspectos que levaram à má distribuição de renda e das riquezas, pois, as classes mais pobres pagam o preço dessa dívida através de altos juros, e são os que menos usufruem dos ganhos, já a camada rica da sociedade se beneficia, como por exemplo, através de produtos de

Digitized by Google

luxo importados.

A fome, a que é submetida grande parte da população, é devida à má distribuição de renda:

> A fome é antes de tudo um problema de renda. A fome crônica não é devida a uma falta geral de produtos alimentares mas a insuficiência de poder aquisitivo dos habitantes das favelas, dos desempregados, e dos camponeses sem terra. (...) aumentar a produção alimentar não é suficiente para diminuir a fome, se os pobres não têm empregos, rendas, ou se os excedentes são destinados a exportação. (Strahm, 1992 p. 43).

Para que tal situação seja corrigida é necessário que haja um crescimento econômico de maneira sustentável, pois não se pode falar em crescimento econômico sem aumento geral do poder aquisitivo. Sendo então a criação de empregos a principal preocupação econômica para a resolução dos problemas da pobreza e exclusão social. No entanto, para se chegar ao objetivo tão almejado, muitos outros fatores devem ser priorizados, entre eles merece especial destaque a educação. (Franco, 2000).

Um diagnóstico realizado por Strahm (1992) para tal questão, foi a substituição dos financiamentos dos setores modernos da indústria e dos serviços, por investimentos visando a satisfação das necessidades fundamentais e ao estímulo da produção local, ou seja, desenvolvimento da agricultura de auto-subsistência nas pequenas e médias propriedades. Pois, segundo ele, a indústria têxtil moderna cria novos empregos especializados, mas simultaneamente trabalhadores do artesanato têxtil tradicional perdem seus empregos. Sem terra, eles são eliminados do processo de trabalho e, sem renda e sem condições mínimas de se manterem e de sustentar suas famílias, são colocados à margem da sociedade e caem na miséria.

Esse recurso é também defendido por Sachs (2004), pois segundo ele, é com base nas micro e pequenas empresas que o Brasil vai continuar a crescer, porque elas representam 98% dos empreendimentos produtivos nacionais, geram 60% dos empregos e respondem por 20% do Produto Interno Bruto.

4.3 Políticas de combate a desigualdade Social

Para o enfrentamento da pobreza como insuficiência de desenvolvimento, são necessárias políticas universais na área social, no entanto, há a necessidade de adotar políticas

Digitized by Google

sociais locais voltadas ao desenvolvimento, pois, para desenvolver é preciso crescer de maneira sustentável. Quando se fala aqui em desenvolvimento, fala-se em desenvolvimento socioeconômico, melhoria de vida para a sociedade como um todo, em especial para a sociedade menos favorecida economicamente.

Muitos outros fatores são colocados como de fundamental importância para que se chegue a uma sociedade mais justa e solidária. No entanto, a má formulação de algumas políticas leva a maiores desigualdades e concentrações, realidade essa enfrentada fortemente pelos países de terceiro mundo.

As políticas de exportações de produtos agrícolas são comprovadamente responsáveis por grande parte da pobreza e exclusão social, em especial nas zonas rurais, pois, conforme demonstra Strahn (1992), a prática de exportação desses produtos agrava frequentemente o abastecimento da população local, tendo também outro agravante, os produtores são extremamente mal remunerados pela sua produção.

Um exemplo importante citado por Strahn (1992) foi o da cultura de soja para a exportação, que em 1982 em 8,2 milhões de hectares de terra era produzido soja suficiente para a produção de forragem para a engorda de 40 milhões de porcos, se nesta mesma área fosse cultivado feijão, seria suficiente para a alimentação de 35 milhões de brasileiros ou com a produção de milho cobriria as necessidades de 59 milhões de brasileiros.

Observando o exposto acima, verifica-se que o aumento da produção de alimentos não é suficiente para reduzir a pobreza e a fome, para que isso aconteça é necessário que o diferencial de renda existente seja melhor distribuído, ou seja, os pobres e excluídos precisam ter emprego e renda suficientes para sua sobrevivência, pois a fome não é simplesmente uma conseqüência da falta de alimentos e sim de poder aquisitivo, o que afligi com mais freqüência os moradores de favelas, desempregados e camponeses sem terra. (Strahn, 1992).

As favelas e periferias das grandes metrópoles vivem de perto esse problema econômico devido a dependência econômica dessas, pois fornecem mão-de-obra barata para as metrópoles, e em contrapartida compram produtos caros. Devido ao baixo poder aquisitivo dessa população, em relação à população das grandes cidades, são gerados outros problemas como a criminalidade, que envolve em maior número a população jovem devido ao fato de não se conformarem com as desigualdades enfrentadas.

O êxodo rural é também um dos grandes problemas que os países subdesenvolvidos tem enfrentado, pois, o número de empregos nas cidades não cresce em proporções iguais ao crescimento do êxodo rural, e devido a isso se formam os "exércitos indústrias de reserva,"

Digitized by Google

que vem a contribuir para a diminuição dos salários e, conseqüentemente, para o aumento da pobreza e exclusão social.

Para a correção dos problemas relacionados acima, decorrentes da exclusão social que grande parte da população brasileira enfrenta, verifica-se então a necessidade de intervenção do Governo por meio de políticas distributivas. Conforme Franco (2000), para maior eficiência das políticas e programas sociais, numa democracia, como é o caso do Brasil, uma das principais questões a se colocar é uma maior participação da sociedade, pois, o papel de uma sociedade informada e atuante não é o de esperar tudo do Estado, pois o Estado e a sociedade não podem ser considerados como compartimentos estanques, sendo importante a participação da sociedade principalmente na área de fiscalização.

Conforme consta Franco (2000), o tempo político dos dirigentes das instituições não coincide com o tempo social necessário para que surjam os resultados de sua atuação. Para tanto, é importante que se possa contar com a participação da sociedade na forma de agentes preparados, além dos governantes de turno para que, quando se passar de um turno para outro, não haja encerramento ou mudança de planos, com prejuízo para a sociedade.

4.3.1 Ações de enfrentamento da pobreza no Brasil

A seguir, serão apresentadas as quinze principais ações de enfrentamento da pobreza que vem sendo desenvolvidas a partir da esfera governamental federal, a partir da segunda metade da década de 1990, de acordo com Franco (2000). São elas: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério (FUNDEF), Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Micro Crédito (PROEGER) e Crédito Produtivo Popular, Programa de Combate a Fome e a Desnutrição Infantil, Renda Mensal Vitalícia para Idosos e Portadores de Deficiência, Seguro Desemprego e Abono salarial, Programas de Renda Mínima, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Previdência Rural, Banco da Terra, Projeto Casulo e Comunidade Ativa.

a) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério – FUNDEF.

Sistema de financiamento do ensino fundamental, em vigor desde 1998. Assegurando mais recursos e mais eqüidade. Aliado ao aumento no número de alunos matriculados nas redes

Digitized by Google

públicas do país – de 30,5 milhões de alunos em 1997, para 32,5 milhões em 2000 – cresceu o número de professores atuando neste nível de ensino, com um aumento de 10%, representando 127 mil novos postos de trabalho para o Magistério.

b) Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde.

Desenvolvido por equipes compostas por: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários que prestam assistência ambulatorial básica nas residências. De acordo com Franco (2000), até 2000 as internações hospitalares nas áreas atendidas reduziram em 51% e a mortalidade infantil em 32%.

c) Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

Direciona suas ações de qualificação profissional a dois alvos: setores com maior potencial de geração de emprego e a grupos críticos, como desempregados, mulheres, jovens e crianças entre outros. Segundo Franco (2000), o Programa capacitou, desde o seu lançamento, em 1995, 3,2 milhões de pessoas. Só em 1997 foram 2 milhões de treinados, superando em 33% a meta inicial para o ano. Desses 2 milhões, 900 mil são cidadãos que nunca tinham sido atendidos pelo Governo: jovens em situação de risco, idosos, portadores de deficiência, detentos, índios, artesãos e pescadores.

d) Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

Criado com o objetivo de Introduzir o conceito de Desenvolvimento Territorial na reforma agrária, com o objetivo de pôr fim à idéia da adoção de modelo único de assentamento em todo o país, buscando-se desta maneira desenvolver os assentamentos segundo as características e potencialidades de cada região. Entre outras metas do PNRA, vale ressaltar: a recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; a criação de postos permanentes de trabalho no setor reformado; a garantia de assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas. Implantado a partir de 1995, em cinco anos, 372.866 famílias receberam um lote de terra e 13,2 milhões de hectares foram desapropriados ou comprados pelo governo.

e) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Criado em 1995, concede crédito com juros favorecidos aos pequenos agricultores familiares e às cooperativas e associações de produção formadas por pequenos produtores. Os dados

Digitized by Google

apresentados por Franco (2000) mostram que, de 1995 a 2000, 1,5 milhão de famílias já haviam sido atendidas, tendo sido colocado à disposição dessas famílias cerca de R$ 10 bilhões.

f) Programa de Micro Crédito (PROGER) e Crédito Produtivo Popular.

Orientados para o financiamento de pequenos empreendimentos e de microempresas e para assegurar a prestação de assistência Técnico gerencial a projetos de interesse social. Segundo Franco (2000), nos quatro primeiros anos 1995 a 1999 esses programas emprestaram cerca de R$ 6 bilhões, em mais de um milhão de operações.

g) Programa de Combate a Fome e a Desnutrição Infantil.

Orientado para garantir merenda escolar aos alunos da rede pública, cestas básicas para famílias pobres e atingidas pela seca, incentivos ao aleitamento materno, fornecimento de leite para crianças menores de dois anos além de outros benefícios. Até o ano de 2000, segundo Franco (2000), participavam do programa 4.722 dos 5507 municípios, um total de 845 mil crianças eram atendidas, além de outros beneficiários como crianças com mais de dois anos, gestantes e idosos.

h) Renda Mensal Vitalícia para Idosos e Portadores de Deficiência.

Garante uma renda de um salário mínimo para idosos e portadores de deficiência física. A Constituição Federal de 1988, por meio de sua Política de Assistência Social, conferiu ao idoso e à pessoa portadora de deficiência a possibilidade de uma renda de sobrevivência. Trata-se de um salário para os não contribuintes e está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, (Lei nº 8742/93 artigos 20 e 21), como benefício de prestação continuada. Este benefício veio a substituir a Renda Mensal Vitalícia em 1996. Até o ano de 2000, mais de 1,3 milhão de pessoas tinham acesso a essas benefícios, a um custo anual de R$ 1,5 bilhão. (Franco, 2000).

i) Seguro Desemprego e Abono Salarial.

O seguro desemprego tem a finalidade de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa ou por paralisação total ou parcial das atividades do empregador. O abono salarial atende os assalariados que recebem menos de dois salários mínimos com direito de um abono anual no valor de um salário

Digitized by Google

mínimo. Segundo Franco (2000), esses programas envolviam transferência direta de R$ 5 bilhões, anualmente.

j) Programa de Renda Mínima.

Implantação de programas para que as famílias mais pobres possam manter seus filhos na escola, conhecido por bolsa escola. O valor do benefício varia de acordo com a renda per capita das famílias. Atendendo 3 milhões de famílias com recursos de R$ 1,5 Bilhão. (Franco, 2000).

l) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Retiram crianças de 7 a 14 anos de trabalhos em atividades degradantes e de riscos, pagando às famílias das crianças selecionadas um auxilio mensal mediante o compromisso de que os filhos abandonarão o trabalho e passarão a freqüentar regularmente a escola. Segundo Franco (2000), em 1999 o programa já atendia 131 mil crianças em vários Estados.

m) Previdência Rural

É o maior programa agrário de Renda Mínima do país. Garante renda mensal de um salário mínimo ao homem e à mulher do campo, mesmo que nunca tenham contribuído com o sistema previdenciário. Segundo Franco (2000), em 2000 seis milhões de trabalhadores recebiam aposentadoria ou pensão do programa, a um custo de R$ 9,8 bilhões anuais.

n) Banco da Terra

Fundo para financiar a aquisição de terras, gerido pelo BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, sob a orientação de um conselho, integrado também por representantes dos trabalhadores rurais. Segundo Franco (2000), em 1999, primeiro ano de funcionamento, o Banco da terra beneficiou dez mil famílias, tendo liberado recursos da ordem de R$ 115 milhões.

o) Projeto Casulo

O Projeto Casulo é uma experiência de desenvolvimento local, com o objetivo de implantar um modelo descentralizado e participativo de ação fundiária. São cadastrados agricultores sem terra, são identificadas áreas públicas estaduais e municipais que possam ser adquiridas. O governo federal garante os créditos e divide, com os demais parceiros, o financiamento

Digitized by Google

para infra-estrutura social. Até 2000, segundo Franco (2000), existiam 32 projetos implantados, atendendo a um total de 1.304 famílias.

p) Comunidade Ativa

Tem o intuito de induzir o desenvolvimento de localidades carentes de todo o país, partindo da idéia de que só o desenvolvimento local integrado e sustentável pode superar a pobreza existente no país. Baseia-se na identificação de carências, potencialidades econômicas e sociais de municípios pobres, traçando um plano de ação local. (Franco, 2000).

Conforme Franco (2000), ao todo, apenas os programas federais de transferências diretas de renda movimentaram mais de R$ 17 bilhões por ano, o que equivale a cerca de 2,4% do PIB de 1999, representando formas importantes de utilização de recursos do Tesouro, da Seguridade Social e de fundos de amparo ao trabalhador.

Digitized by Google

5. Índices de Exclusão Social

O Índice de Exclusão Social - IES - foi criado em 2002 a partir de dados do censo demográfico de 2000, com os objetivos de possibilitar o reconhecimento do grau de desigualdade social existente nas diferentes regiões do país e de apoiar a implementação de políticas voltadas à inclusão social. Foram desenvolvidos dois IES, com grupos de variáveis diferenciados por Pochmann e Amorim (2007) e por Lemos (2003), os quais serão discutidos separadamente a seguir.

5.1 Índice de Exclusão Social segundo Pochmann e Amorim (2007)

Esse Índice de Exclusão Social foi criado em 2002 a partir de dados do Censo Demográfico de 2000, o mesmo sintetiza a situação de cada município brasileiro no que se refere aos seguintes indicadores do processo de inclusão/exclusão social: percentagem de chefes de família pobres no município; taxa de emprego formal na população em idade ativa; desigualdade de renda; taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos; número médio de anos de estudo do chefe de domicílio; porcentagem de jovens na população; número de homicídios por 100.000 habitantes.

Segundo Pochmann e Amorim (2007), o Índice de Exclusão Social foi construído a partir da identificação das dificuldades que o IDH tem para aferir padrões de bem-estar nas economias mais atrasadas. Enquanto o IDH estuda: longevidade, renda e alfabetização; o *Índice de Exclusão Social* busca ser mais amplo, estudando um número maior de variáveis relevantes: *Pobreza, Concentração de Jovens, Alfabetização, Escolaridade, Emprego Formal, Violência e Desigualdade Social.* Esse índice varia de zero a um, sendo que as piores condições estão próximas de zero, ao passo que as melhores situações estão próximas de um.

Sendo várias as metodologias de cálculo utilizadas para medir a pobreza, para o índice em questão, Pochmann e Amorim (2007) aufere a pobreza através do nível de renda, sendo considerada pobre a família que vive com uma renda inferior a meio salário mínimo per capita por mês.

Digitized by Google

Conforme afirma Pochmann e Amorim (2007), existe uma grande desigualdade entre as regiões e até mesmo dentro de um único município, em especial nas grandes metrópoles, e essa desigualdade acaba obscurecendo os resultados encontrados. E ainda, conforme assegura o autor, índices como o IES não buscam definir uma linha demarcatória entre incluídos e excluídos socialmente, é apenas um indicador comparativo das condições sociais nas diferentes unidades estudadas. O presente índice apresenta através de mapas a disparidade que se observa entre as diferentes regiões estudadas.

Pochmann e Amorim (2007) observa que, sendo o município a unidade básica do estudo, ficam invisíveis desigualdades e problemas existentes dentro deles. Outro inconveniente citado por ele, é quanto ao tamanho dos municípios e o total da população de cada um deles, municípios territorialmente extensos tendem a mostrar com mais facilidade sua realidade, acontecendo o oposto com municípios pequenos.

Ele ainda observa que, ao longo do território do quinto maior país do mundo, podem ser observados alguns "acampamentos" de inclusão em meio a uma "selva" de exclusão, que aparece especialmente clara em determinadas áreas ou regiões, como é o caso do Norte e Nordeste do Brasil. Nessas áreas configura-se a "velha" exclusão social, ou seja, baixos níveis de renda e escolaridade, que atinge com mais freqüência os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra. No entanto, as regiões Centro-Sul apresentam com mais freqüência a "nova" exclusão social, que está relacionada à inserção precária no mercado de trabalho e ao desemprego, apresentando ainda como subprodutos a violência urbana e a vulnerabilidade juvenil, atingindo principalmente jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de quarenta anos e homens não-negros. (Pochmann e Amorim, 2007).

Para se chegar aos resultados apresentados no Atlas da Exclusão Social, seus elaboradores definiram três temas que, juntos, envolvem todos os indicadores que formam o Índice de Exclusão Social:

- Padrão de Vida Digno - busca aferir as possibilidades de bem-estar material da população no município através de três indicadores: percentagem de chefes de família pobres, quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa e grau de desequilíbrio entre chefes de família situados nos extremos da distribuição de renda.
- Conhecimento - busca quantificar a participação da população de cada município na educação a partir de dois indicadores: anos de estudo do chefe de família e alfabetização da população acima de cinco anos de idade.

Digitized by Google

- Risco Juvenil - busca medir o risco de envolvimento da população mais jovem em ações criminosas, usando os seguintes indicadores: participação de jovens de 0 a 19 anos na população e número de homicídios por cem mil habitantes.

A seguir, são apresentados os sete indicadores que formam o Índice de Exclusão Social, elaborados a partir de números do censo demográfico de 2000. Através deles será possível visualizar as desigualdades que podem ser observadas entre as regiões do Brasil, mostrando que essa desigualdade se encontra de forma mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste:

- Indicador de Pobreza - através desse Indicador pode-se verificar que os municípios do Brasil, que exibem grande participação de chefes de família com rendimento abaixo da linha que define a pobreza (rendimento inferior a meio salário mínimo por pessoa), estão quase todos situados nas regiões Norte e Nordeste, mostrando uma realidade marcada pela fome.
- Indicador de Concentração de Jovens – no que diz respeito ao indicador da participação de jovens com até 19 anos na população total, observa-se que 7% das cidades brasileiras apresentam elevada participação de jovens, estando elas em sua maioria situadas nas regiões Norte e Nordeste, representadas por famílias numerosas. Enquanto isso, 54,8% dos municípios do país contam com uma parcela restrita de jovens nessa faixa etária, sendo esses localizados nas regiões Centro-sul.
- Indicador de Alfabetização - quanto a esse indicador, percebe-se que em 2,12% dos municípios brasileiros a maior parte dos chefes de família não sabe ler ou escrever, estando a maioria deles situados nas regiões Norte e Nordeste. Nas demais regiões, observa-se uma pequena proporção de chefes de família analfabetos. Constata-se então, que a exclusão social nessas regiões está associada quase exclusivamente a não-alfabetização dos chefes de família.
- Indicador de Escolaridade - no que diz respeito a esse indicador, observa-se que por um lado 53,5% das cidades do Brasil exibem grande participação de chefes de família com pouca escolaridade, estando em sua maioria situados nas regiões Norte e Nordeste, e por outro lado 6,2% dos municípios, quase

Digitized by Google

todos localizados nas regiões Centro-sul, registram reduzida proporção de chefes de família com pouco estudo.

- Indicador de Emprego Formal - esse indicador mensura a participação de assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa. Os dados indicam que 36,1% dos municípios brasileiros apresentam uma pequena participação desse tipo e que a maioria deles está situada nas regiões Norte e Nordeste, enquanto 10,3% contam com maioria de assalariados formais nas demais regiões brasileiras.
- Indicador de Violência - no que tange ao indicador que afere a violência, nota-se que 13,9% das cidades brasileiras apresentam um alto número de homicídios por cem mil habitantes, mas as regiões delas não coincidem com a localização dos indicadores anteriores. Essa é a única exceção que coloca as regiões Norte e Nordeste em situação próxima e, em alguns locais específicos, até melhor que o Sul e o Sudeste entre os sete indicadores que compõem o Índice de Exclusão Social. As cinco regiões metropolitanas que concentram os maiores índices de violência no país são as de São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Distrito Federal e Recife, quatro delas no sudeste do país.
- Indicador de Desigualdade - referindo-se ao indicador que mensura a desigualdade, observa-se que 49,0% dos municípios brasileiros exibem um grau muito elevado de desigualdade entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda, a maioria deles estando situados nas regiões Norte e Nordeste.

Para os indicadores apresentados acima, são utilizados os seguintes pesos para obtenção dos índices que juntos formam o IES: Índice de Pobreza juntamente com o Índice de Emprego Formal que tem peso de 51,0%; Índice de desigualdade e Índice de juventude 17,0%, enquanto o Índice de Violência tem peso de 15,0%, o índice de escolaridade 11,3% e finalmente o índice de alfabetização 5,7%.

O Índice de Exclusão Social é uma síntese desses sete indicadores e mostra que 41,65% dos municípios brasileiros apresentam resultados preocupantes de exclusão social, uma realidade marcada pela pobreza e pela fome que atinge famílias extensas, jovens, população pouco instruída e sem experiência assalariada formal, quase todas localizadas nas regiões Norte e Nordeste, podendo ser aqui observada a "velha" exclusão social. No entanto, as regiões do Centro-Sul não ficam fora dessa realidade, que se faz presente até mesmo nos grandes municípios brasileiros, porém de forma diferenciada, pois nessas regiões a maior

Digitized by Google

parte das famílias é pouco numerosa, com quantidade reduzida de crianças e jovens, pessoas relativamente escolarizadas e que tem experiência de assalariamento formal.

Além da importância dos índices encontrados por Pochmann e Amorim (2007), ele demonstra a importância de outros fatores para o enfrentamento da exclusão social:

> Com base no conjunto de informações apresentadas constata-se que cerca de 40% do total de municípios, equivalendo a 21% da população brasileira, vive em localidades associadas à exclusão social. Por outro lado, apenas cidades de 200 municípios (3,6% do total), representando 26% do total da população, residem em áreas que apresentam padrão de vida adequado. (...) Além da identificação quantitativa para a definição de exclusão, ou não, ao acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação entre outros, cresce de importância a noção de qualidade, pois a simples constatação a respeito do acesso a um bem ou serviço não é suficiente para compreender a superação da condição de exclusão . Torna-se fundamental, portanto, medir também a qualidade e o resultado desse aceso. (Pochmann e Amorim, 2007, p. 10).

De acordo com Pochmann e Amorim (2007), e observando os dados da tabela 12 se verifica que, entre os 2.290 municípios que apresentam Índice de Exclusão Social abaixo de 0,4 a região Nordeste é recordista com 72,1% (1.652) destes municípios, a região Norte representa 13,9% (318) municípios, a região Sudeste com 10,4% (239), o Centro-Oeste com 2% (45) e por fim a região Sul com 1,6% (36) dos municípios que apresentam este grau de exclusão. A tabela mostra também o número de municípios de cada Estado que apresentam extrema exclusão social.

Tabela 12 – Distribuição das Unidades Federativas por número de municípios com índices de exclusão social menor que 0,4.

Região	Unidade Federativa	Número	%	Região	Unidade Federativa	Número	%
N	AC	21	0,9	**NE**	PB	209	9,1
NE	AL	97	4,2	**NE**	PE	168	7,3
N	AM	60	2,6	**NE**	PI	213	9,3
N	AP	10	0,4	**S**	PR	29	1,3
NE	BA	369	16,1	**SE**	RJ	1	0,0
NE	CE	174	7,6	**NE**	RN	142	6,2
SE	ES	5	0,2	**N**	RO	4	0,2
CO	GO	25	1,1	**N**	RR	13	0,6
NE	MA	212	9,3	**S**	RS	5	0,2
SE	MG	229	10,0	**S**	SC	2	0,1
CO	MS	7	0,3	**NE**	SE	68	3,0
CO	MT	13	0,6	**SE**	SP	4	0,2
N	PA	109	4,8	**N**	TO	101	4,4
TOTAL GERAL						**2290**	**100%**

Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 75.

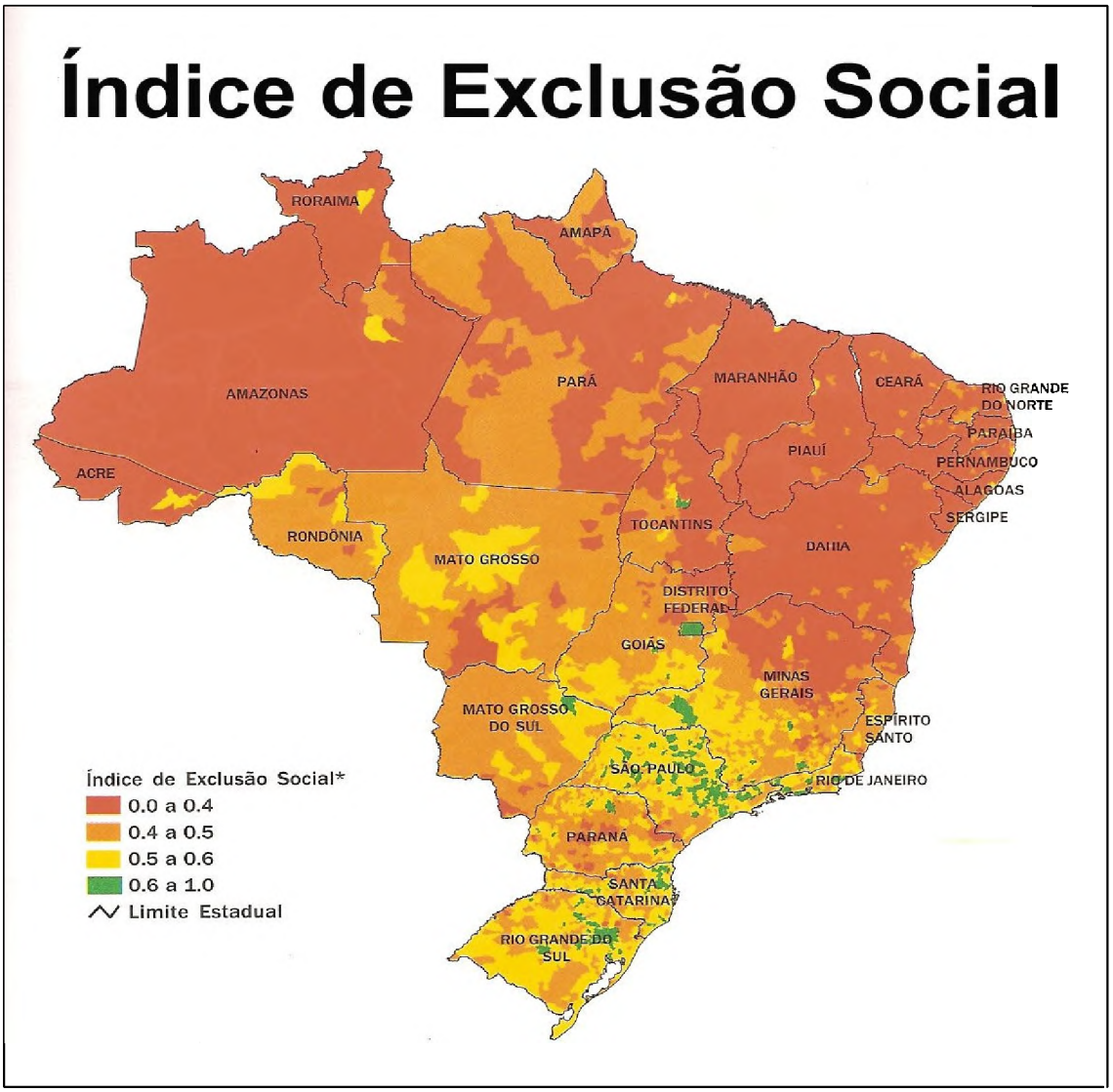
A realidade desses municípios pode também ser observada nos dois mapas abaixo que mostram as manchas extremas de exclusão social no Brasil, índices inferiores a 0,4 que

Digitized by Google

foram demonstrados na tabela 12. Em seguida o mapa da exclusão social no Brasil, com as cores da exclusão/inclusão social: as regiões em vermelho (índices de 0,0 a 0,4) apresentam situação de extrema exclusão; as regiões laranja (índices entre 0,4 e 0,5) mostram uma situação um pouco mais amena de exclusão social; o amarelo (índices entre 0,5 e 0,6) uma situação um pouco melhor que a anterior, mas ainda apresenta exclusão social; ao passo que as áreas verdes (índices de 0,6 a 1,0) são incluídas socialmente. Os mapas que mostram todos os indicadores que compõem o índice em questão, mapas regionais e do Estado do Tocantins encontram-se em anexo, (anexo D, p.79 a p.87).

Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p.27.

Digitized by Google



Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p.77.

Na tabela 13, que apresenta as cinco capitais brasileiras com maior e menor grau de exclusão social, pode ser observado o seguinte resultado: Florianópolis é a capital com menor índice de exclusão social: 0,815; em segundo lugar encontra-se Porto Alegre com 0,761; seguida de Vitória com 0,752; logo após vem Curitiba 0,730; acompanhada de Belo Horizonte 0,710. Em contrapartida, a capital com maior exclusão social é Macapá com o índice de 0,493; acompanhada por Boa Vista com o índice de 0,505, logo após vem Rio Branco com 0,519, em seguida encontra-se Teresina com 0,521 e depois Manaus com 0,522. Esses números mostram a diferença que pode ser observada mesmo entre as capitais. Os números para as demais capitais encontram-se em anexo (anexo B, tabela 13.1).

Digitized by Google

Tabela 13 - Índice de Exclusão Social nas capitais brasileiras-2000

RG	UF	MUNICÍPIO 2000	POSIÇÃO NO RANKING A partir da melhor situação social NO BRASIL	ÍNDICE DE POBREZA	ÍNDICE DE JUVENTUDE	ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	ÍNDICE DE ESCOLARIDADE	ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL	ÍNDICE DE VIOLÊNCIA	ÍNDICE DE DESIGUALDADE	ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL
Capitais Brasileiras com menor índice de Exclusão Social											
S	SC	Florianópolis	3°	0,870	0,799	0,932	0,961	0,578	0,962	0,748	0,815
S	RS	Porto Alegre	6°	0,829	0,839	0,927	0,911	0,478	0,904	0,618	0,761
SE	ES	Vitória	8°	0,794	0,783	0,920	0,910	0,603	0,690	0,723	0,752
S	PR	Curitiba	9°	0,845	0,788	0,936	0,872	0,428	0,914	0,537	0,730
SE	MG	Belo Horizonte	14°	0,765	0,796	0,921	0,813	0,486	0,913	0,475	0,710
Capitais Brasileiras com maior índice de Exclusão Social											
N	AM	Manaus	1112°	0,607	0,555	0,876	0,703	0,209	0,865	0,178	0,522
NE	PI	Teresina	1136°	0,535	0,611	0,813	0,631	0,215	0,952	0,171	0,521
N	AC	Rio Branco	1178°	0,619	0,520	0,801	0,576	0,278	0,941	0,155	0,519
N	RR	Boa Vista	1452°	0,703	0,494	0,854	0,666	0,150	0,784	0,201	0,505
N	AP	Macapá	1683°	0,630	0,457	0,835	0,681	0,194	0,766	0,213	0,493

Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 79 – 217.

Relativo ao enfrentamento da exclusão social existente no Brasil, Pochmann (2007) faz a seguinte observação:

> (...) é importante lembrar que alguns grandes nomes que refletiram sobre esse país, como Celso Furtado, Caio Prado Junior, entre outros, mostraram que as mudanças não ocorrem porque há resistências. Assim sendo, alterar a configuração geoeconômica do Brasil não é simples e tão-somente estimular a produção, incentivando o espalhamento da lógica industrial no nordeste e norte brasileiros. Vai além, significa enfrentar e eliminar velhas práticas políticas e implementar ações sociais que resgatem a cidadania da população excluída, dando-lhe as condições para sua emancipação econômica. (Pochmann, 2007, p. 75).

5.1.1 Índice de Exclusão Social , segundo Pochmann e Amorim, para o Estado do Tocantins

Para o estado do Tocantins em particular, a partir dos dados do Atlas da Exclusão Social no Brasil, pode-se notar que somente a capital Palmas, dentre os 139 municípios tocantinenses, apresenta índice de exclusão social 0,608 (observando que 0,6 é o limite mínimo para inclusão social). Dos 138 municípios restantes, 02 deles apresentam índices acima de 0,5: Gurupi e Miracema do Tocantins com índices de 0,511 e 0,503, respectivamente. Dos 136 municípios restantes, 35 apresentam índices entre 0,4 e 0,5. No entanto, os 101 municípios que restam exibem elevado grau de exclusão social, ou seja, 72,65% dos municípios do estado.

Digitized by Google

A tabela 14 busca retratar as desigualdades existentes dentro do Estado do Tocantins mostrando os cinco municípios mais incluídos socialmente e os cinco menos incluídos e seus respectivos índices de exclusão social.

Tabela 14 - Índice de Exclusão Social no Estado do Tocantins para Municípios Selecionados

MUNICÍPIO 2000	POSIÇÃO NO RANKING A partir da melhor situação social NO BRASIL	POSIÇÃO NO RANKING A partir da melhor situação no Estado do TOCANTINS	ÍNDICE DE POBREZA	ÍNDICE DE JUVENTUDE	ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	ÍNDICE DE ESCOLARIDADE	ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL	ÍNDICE DE VIOLÊNCIA	ÍNDICE DE DESIGUALDADE	ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL
Municípios com menor índice de exclusão social										
Palmas	163°	1°	0,686	0,561	0,877	0,749	0,487	0,924	0,235	0,608
Gurupi	1321°	2°	0,564	0,610	0,865	0,597	0,133	0,962	0,164	0,511
Miracema do Tocantins	1492°	3°	0,560	0,554	0,766	0,490	0,301	0,976	0,102	0,503
Paraíso do Tocantins	1786°	4°	0,504	0,604	0,860	0,544	0,111	1,000	0,124	0,489
Porto Nacional	2285°	5°	0,450	0,528	0,798	0,516	0,213	0,946	0,095	0,464
Municípios com maior índice de exclusão social										
Campos Lindos	5245°	135°	0,207	0,273	0,615	0,229	0,022	1,000	0,028	0,301
Riachinho	5251°	136°	0,284	0,370	0,653	0,269	0,017	0,778	0,014	0,301
Carrasco Bonito	5289°	137°	0,181	0,315	0,541	0,224	0,025	1,000	0,019	0,298
Praia Norte	5306°	138°	0,183	0,318	0,592	0,235	0,000	1,000	0,009	0,297
Esperantina	5424°	139°	0,182	0,315	0,550	0,219	0,004	0,941	0,014	0,285

Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 79 – 217.

Conforme pode ser observado na tabela 14, os cinco municípios com menor índice de exclusão social no Estado são: Palmas, Gurupi, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, respectivamente. Ao passo que os que apresentam maior exclusão social são: Esperantina, Praia Norte, Carrasco Bonito, Riachinho e Campos Lindos.

Observa-se que o índice que apresenta maior deficiência para todo o Estado é o índice de desigualdade, demonstrando a desigualdade de renda entre os chefes de família, ao passo que o índice de violência apresenta melhores resultados. Conforme demonstra Pochmann e Amorim (2007), isso é explicável, entre outros fatores, pela baixa densidade populacional de várias regiões brasileiras. Os índices de todos os municípios do Estado do Tocantins encontram-se em anexo, (anexo B, tabela 14.1).

Observando-se o índice de exclusão social para a cidade de Palmas, publicado no Atlas da Exclusão Social no Brasil (2007), pode-se verificar, através de seus indicadores, que uma de suas maiores carências é a desigualdade de renda entre chefes de famílias, sendo o índice de desigualdade igual a 0,235; a segunda maior carência é no quesito emprego formal com índice de 0,487; seguido então do índice que mensura a participação de jovens até 19 anos na população total que apresenta o índice de 0,561; em seguida o índice de pobreza 0,686; posteriormente o índice de escolaridade que é 0,749; logo após o índice de

Digitized by Google

alfabetização 0,877 e finalmente o índice de violência 0,924. Ambos, juntos formam o Índice de Exclusão Social que apresenta o seguinte número 0,608.

Conforme afirma Pochmann e Amorim (2007), o estudo ainda não é exato, e a exacerbada desigualdade dentro dos próprios municípios acaba obscurecendo a exclusão nas capitais. Na capital paulista, por exemplo, cidade que está em 30º no ranking daquelas com menor grau de apartação, há bairros com mais exclusão do que em determinadas cidades que ficaram em situação pior do que a de São Paulo no IES. O mesmo acontece no Rio de Janeiro, que está em 17º entre as cidades com melhor IES, assim como em outros centros metropolitanos do país.

5.2 Índice de Exclusão Social segundo Lemos e Nunes (2003)

De acordo com Lemos e Nunes (2003), sendo a pobreza sinônimo de exclusão social, deve ser medida por outros indicadores sociais que não somente a renda per capita, para que assim possa mostrar mais claramente a realidade da população brasileira, propiciando então um maior conhecimento de seus problemas. Mostrando esta realidade, na medida em que apresenta a situação de cada um dos municípios e distritos brasileiros, tanto em termos de níveis de exclusão social da sua população, como dos itens das privações das respectivas populações.

Com esse intuito Lemos criou o Índice de Exclusão Social, objetivando identificar os padrões de pobreza, entendida como exclusão social nos 5.506 municípios dos 26 estados brasileiros e nos 19 distritos do Distrito Federal. Para o desenvolvimento de tal índice foram utilizados 5 (cinco) indicadores, quais são: percentagem da população do município (ou distrito) privada de água tratada; percentagem da população privada de saneamento; percentagem da população privada do serviço de coleta de lixo; percentagem da população maior de 10 anos com no máximo 1 ano de escolaridade; percentagem da população cuja renda pessoal diária é de no máximo um dólar por dia. (Lemos e Nunes, 2003).

Conforme demonstra Lemos e Nunes (2003), cada município estará identificado pelo percentual e pelo total de excluídos, além de serem identificados, em termos percentuais e absolutos, os níveis de privações em cada indicador, que são as variáveis que compõem o IES, pois são atribuídos pesos diferentes para cada uma delas, segundo sua importância social.

Para Lemos e Nunes (2003), a eliminação da pobreza constitui-se, antes de tudo, em uma responsabilidade e um dever dos governantes; cabe a eles criar um ambiente adequado

Digitized by Google

para reforçar o papel participativo de toda a população em todos os níveis no processo produtivo, e de geração de riqueza e renda. Ele observa que, as metas estabelecidas para resolução dos problemas sociais não serão atingidas simplesmente através da livre interação das forças de mercado. As políticas públicas são necessárias para corrigirem as distorções provocadas por estes mecanismos e, de alguma forma, agirem como mecanismo de complemento destas forças de mercado.

Observações feitas por Lemos e Nunes (2003), em referência aos indicadores sociais do Brasil divulgados pela ONU:

> (...)os indicadores sociais brasileiros são extremamente deficientes, apesar da ONU classificar o Brasil como país de rendimento intermediário. Com efeito, o indicador de renda do Brasil o coloca, segundo a ONU, entre as economias de padrão de rendimento mediano. De acordo com o HDR, 2002 a renda per capita anual brasileira ajustada pela paridade do poder de compra, era de US$7.625,00. Contudo, a esperança de vida ao nascer dos brasileiros era de apenas 67,7 anos. A taxa de adultos alfabetizados era de 85,2%, e a taxa combinada de matrículas nos ensinos elementar, médio e superior era de 80%. Apenas 77% dos domicílios brasileiros tinham acesso à água tratada, e apenas 60,60% tinham acesso a serviço de saneamento. Enquanto isso, na Costa Rica, que tem renda per capita de US$8.650,00, a esperança de vida ao nascer é de 76,4 anos; a taxa de adultos alfabetizados é de 95,6%; e a população com acesso a serviço de água tratada e saneamento é de respectivamente 98% e 96%. A taxa de mortalidade infantil na Costa Rica é de 10 por mil nascimentos. No Brasil esta taxa é de 32 por mil. (Lemos, (2003), p.4).

Cerca de um terço da população do mundo (1,3 bilhões de pessoas) tem rendimentos inferiores a um dólar americano por dia. Deste total, segundo a ONU (1997) 70% são mulheres, refletindo a face da crueldade discriminatória do estado de pobreza (exclusão social) em relação ao gênero. (Lemos e Nunes, 2003).

Um diagnóstico, recomendado por Lemos e Nunes (2003) para o setor rural, sugere que além dos programas que visam resolver às questões fundiárias reforma agrária, isto poderá ser atingido via política de crédito, com juros favorecidos para os agricultores. Já para a área urbana as ações de combate à pobreza e à exclusão social podem ser atingidas através do acesso, por parte da população pobre, a empregos estáveis, e que remunerem o trabalho com o mínimo compatível a um padrão de vida digno. Deve estar associado, obviamente, ao acesso a políticas públicas de educação, saúde, saneamento, coleta sistemática de lixo e água tratada.

Os resultados desse índice demonstram um Brasil que exibe grandes contradições; por um lado uma parcela diminuta da população aufere altos padrões de renda e de qualidade de vida, ao passo que na base da pirâmide social situa-se uma parcela substancial da população que sobrevive em condições bastante precárias, até mesmo não condizentes com a condição de seres humanos. Esses diferenciais são observados principalmente entre regiões,

Digitized by Google

onde as mais atrasadas como Norte e Nordeste, apresentam diferenciais bastante exacerbados em relação às demais regiões.

A pesquisa buscou evidenciar a grande discrepância existente em relação a apropriação da renda gerada neste país, ao mostrar que a maior renda do Lago Sul de Brasília, cuja renda média do chefe é de (US$4.146,49/mês), é 64,55 vezes maior que a menor renda média que é a do município maranhense de Cantanhede (US$64,23/mês). Conforme assegura Lemos, a renda média dos chefes de família nos municípios brasileiros é de US$408,36/mês, pouco pode ajudar na definição de padrão de bem-estar no Brasil, tendo em vista a amplitude que é observada em torno dela, (Lemos e Nunes, 2003).

Para o Brasil, conforme demonstra a tabela 15 com base na população brasileira do ano 2000, estima-se um índice de exclusão social de 25,34%. Pode-se observar a existência de 43.019.854 excluídos, população essa que sobrevive em domicílios privados de água tratada, de saneamento, de coleta sistemática de lixo, de educação e de renda. Referindo-se às regiões brasileiras, o Nordeste conta com 40,95% de excluídos e o Norte com 38,16%, representando as áreas brasileiras mais problemáticas. Completa o mapa da exclusão social nas regiões brasileiras (Tabela 15), o Sudeste que detém o menor percentual de excluídos com 14,57%; o Sul com 19,78% e o Centro-Oeste com 26,01%. Observa-se também que as maiores deficiências relacionam-se à renda e ao saneamento, sendo as regiões Nordeste e Norte as que apresentam mais acentuadamente esses indicadores. (Lemos e Nunes, 2003).

Tabela 15 - Níveis de Exclusão Social e de Privações nas Regiões Brasileiras - 2000

REGIÃO	IES (%)	INDICADORES DE PRIVAÇÃO						População Excluída
		Água (%)	Saneamento (%)	Lixo (%)	Educação (%)	Renda (%)	Renda Média (US$/mês)	
SUDESTE	14,57	12,00	18,40	10,23	7,56	30,39	520,14	10.550.808
SUL	19,78	20,43	37,03	17,016	6,99	35,88	439,13	4.967.124
CENTRO-OESTE	26,01	27,25	59,55	18,69	9,91	42,06	467,88	3.026.818
NORTE	38,16	52,99	65,86	44,75	16,06	49,85	275,49	4.923.408
NORDESTE	40,95	34,99	63,10	40,73	24,77	63,36	244,04	19.551.696
BRASIL	**25,34**	**23,80**	**40,00**	**22,90**	**13,05**	**42,62**	**409,93**	**43.019.854**

Fonte: Lemos e Nunes (2003), p21 – 22.

Os números encontrados por Estado da Federação podem ser verificados na tabela 16, onde são apresentados os dados de dez Estados, os menos e os mais incluídos respectivamente, os Estados melhores posicionados em termos de níveis de exclusão social são: São Paulo 10,2%; Distrito Federal 11,43%; Rio de Janeiro 13,89%; Santa Catarina 17,86% e Rio Grande do Sul com 18,79% da população excluída. Já os Estados com maiores

Digitized by Google

percentuais de excluídos no Brasil são, respectivamente: Maranhão com 50,3%; Piauí com 46,57%; Alagoas com 44,61%; Acre com 43,2% e Ceará com 42,37% de excluídos. Os dados para os demais Estados brasileiros encontram-se em anexo, (anexo B, tabela 16.1).

Tabela 16 - Níveis de Exclusão Social e de Privações nos Estados Brasileiros - 2000

ESTADO	IES (%)	INDICADORES DE PRIVAÇÃO						População Excluída
		Água (%)	Saneamento (%)	Lixo (%)	Educação (%)	Renda (%)	Renda Média (US$/mês)	
Estados com menor Índice de Exclusão Social								
São Paulo	10,20	6,50	11,77	4,17	6,10	23,35	598,78	3.777.650
Distr. Federal	11,43	11,32	10,27	3,86	5,20	27,13	788,25	234.365
Rio de Janeiro	13,89	16,78	15,85	7,18	6,30	28,89	529,98	1.999.300
Santa Catarina	17,86	25,44	26,47	16,95	5,70	29,94	449,87	956.643
Rio G. do Sul	18,79	20,34	31,62	15,91	6,10	35,64	441,82	1.914.644
Estados com maior Índice de Exclusão Social								
Ceará	42,37	39,20	66,12	38,52	24,70	65,63	246,46	3.148.205
Acre	43,20	63,91	68,89	44,15	23,10	41,14	282,44	240.833
Alagoas	44,61	36,60	73,92	31,11	31,80	64,88	240,94	1.259.132
Piauí	46,57	39,20	60,80	56,27	28,60	68,56	200,60	1.324.203
Maranhão	50,30	47,05	75,43	65,68	26,60	70,90	190,18	2.842.695

Fonte: Lemos e Nunes (2003), p.18.

A tabela 17 apresenta os níveis de exclusão social nas capitais dos Estados e do Distrito Federal, sendo que a que apresenta, segundo o índice de Lemos e Nunes, a menor porcentagem de excluídos é Vitória.

TABELA 17 - Níveis de Exclusão Social nas Capitais dos Estados e do Distrito Federal

UF	Capital	IES (%)	INDICADORES DE PRIVAÇÃO						População Excluída
			Água (%)	Saneamento (%)	Lixo (%)	Educação (%)	Renda (%)	Renda Média (US$/mês)	
Capitais com menor Índice de Exclusão Social									
ES	Vitória	2,75	0,67	2,29	0,44	4,30	3,10	888,43	8.048
PR	Curitiba	2,93	1,39	7,09	0,46	3,10	3,06	800,31	46.483
DF	Brasília	3,02	0,48	0,88	0,30	6,50	1,22	2.031,09	5.990
RS	Porto Alegre	3,06	1,87	7,67	0,62	3,30	2,54	838,71	41.602
MG	Belo Horizonte	3,54	0,74	6,69	1,45	4,30	3,76	735,94	79.218
Capitais com maior Índice de Exclusão Social									
PI	Teresina	22,82	10,08	21,88	14,35	21,40	40,71	376,06	163.274
MA	São Luís	23,15	21,24	47,56	26,85	6,90	39,44	406,10	201.400
RO	Porto Velho	25,69	64,76	38,51	18,32	7,50	29,94	482,63	85.984
AP	Macapá	27,60	46,77	68,08	19,33	8,40	33,51	442,79	78.189
AC	Rio Branco	29,25	49,68	54,31	16,77	12,90	40,04	380,20	74.016

Digitized by Google

Fonte: Lemos e Nunes (2003), p.21.

Ainda segundo a tabela17, verifica-se que Vitória apresenta 2,75% de excluídos, em segundo lugar se encontra Curitiba com 2,93%, acompanhada de Brasília com 3,02%, seguida de Porto Alegre com 3,06% de excluídos, logo após vem Belo Horizonte com 3,54% da população em estado de exclusão social. No outro extremo encontram-se: Rio Branco com 29,25% de excluídos, Macapá com 27,60% de excluídos, Porto Alegre com 25,69%, São Luís com 23,15% e Teresina com 22,82, respectivamente. Os dados referentes às demais capitais encontram-se em anexo. (Lemos e Nunes, 2003).

Segundo Lemos e Nunes (2003), os dez municípios brasileiros que apresentam maiores percentuais de excluídos são: Fernando Falcão, no Maranhão 79,2%; Manari em Pernambuco 78,4%; Belágua, Maranhão 77,4%; Santana do Maranhão 76,5 %; Itamaraty, Amazonas 76,2%; Salitre, Ceará 75,7%; Brejo de Areia, Maranhão 75,2%; Guaribas, Piauí 74,9%; Lago Grande do Maranhão 74,5%; e Marajá do Sena, Maranhão 74,2%. Os dez municípios/distritos com menores índices de exclusão social são: Cruzeiro, Distrito de Brasília 0,6%; São Caetano do Sul, São Paulo 1,4%; Águas de São Pedro, São Paulo 1,5%; Lago Sul, Distrito de Brasília 1,9%; Santos, São Paulo 2,7%; Vitória, Espírito Santo 2,8; Curitiba 2,9%; Brasília 3,0; Balneário Camboriú em Santa Catarina 3% e Porto Alegre 3,1%. Para este pesquisador durante o estudo da exclusão social no Brasil, foi possível visualizar com grande precisão que os municípios das regiões Norte e Nordeste são os que apresentam maiores carências em relação aos indicadores analisados. Nessas regiões, devem ser incrementadas ações emergenciais, no sentido de correção dos problemas detectados, priorizando o acesso a serviços essenciais como água tratada, saneamento, coleta de lixo, educação, ocupação e renda. Devem ser implementadas políticas de desenvolvimento econômico, sendo as políticas assistencialistas emergenciais.

Com base nos resultados encontrados, o autor sugere que os números encontrados sejam utilizados como dados complementares a outras pesquisas semelhantes de outras instituições, como por exemplo, o IDH, pois a mesma tem o intuito de evidenciar as principais necessidades de cada um dos municípios brasileiros, e de fomentar o poder público de informações relevantes que visem incrementar tanto as políticas emergenciais, como aquelas de médio e de longo prazos, voltadas para abrandar o quadro de carências mostrado. (Lemos e Nunes, 2003).

Digitized by Google

5.2.1. Índice de Exclusão Social, segundo Lemos e Nunes, para o Estado do Tocantins

Através dos dados levantados por Lemos e Nunes (2003) constantes na tabela 18, pode ser verificado em relação ao Estado do Tocantins: maior carência em privação de saneamento básico, 80,17% das residências não tem saneamento; em segundo lugar a privação de renda, que nos mostra que 60,83% da população do Estado sobrevive com menos de um dólar americano por dia; verifica-se em terceiro que 43,14% da população vive em residências privadas da coleta de lixo; em quarto vem a privação de água tratada que afeta 33,74% da população; por fim, verifica-se a privação de educação, onde 17,20% da população maior de 10 anos tem no máximo 1 ano de escolaridade.

Tabela 18 - Níveis de Exclusão Social no Tocantins e Capital Palmas (Índice Lemos e Nunes)

ESTADO/ CAPITAL	IES (%)	INDICADORES DE PRIVAÇÃO						População Excluída
		Água (%)	Saneamento (%)	Lixo (%)	Educação (%)	Renda (%)	Renda Média (US$/mês)*	
Tocantins	**37,84**	33,74	80,17	43,14	17,20	60,83	283,51	437.890
Palmas	**12,37**	7,39	36,93	7,12	5,90	18,21	498,60	16.986

fonte: Lemos e Nunes (2003), p.18 e 21.

Para a capital Palmas, podem ser observados os seguintes resultados: maior carência no indicador de privação de saneamento 36,93%, conforme se aplica ao restante do Tocantins, porém com um resultado um pouco mais favorável; em segundo a privação de renda 18,21%, continuando a acompanhar a ordem dos resultados para o Estado, porém com resultados mais cômodos; em terceiro a privação de água tratada 7,39%, mudando a direção dos resultados observados para o Estado; em quarto está a privação de coleta de lixo 7,12%; em quinto e último a privação de educação com 5,90% da população maior de dez anos e habitante na capital com menos de um ano de escolaridade.

5.3. Relação entre os Índices de Exclusão Social Estudados

A partir do estudo dos Índices de Exclusão Social acima, ficou evidenciada a grande apartação social que pode ser observada dentro do país, regiões e até mesmo dentro de um mesmo Estado. Observa-se neste estudo que o processo de exclusão social é generalizado para

Digitized by Google

o país como um todo, no entanto, as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maior número de excluídos, o que não é uma novidade, mas ajuda a quantificar, qualificar e localizar essa exclusão.

Segundo os dados de Lemos e Nunes (2003), as regiões brasileiras e o percentual de excluídos socialmente são, respectivamente: Nordeste com 40,95% de excluídos; Norte com 38,16%; Centro-Oeste com 26,01%; Sul com 19,78% e Sudeste com 14,57% de pessoas excluídas. Já de acordo com Pochmann (2007), os números são: Nordeste com 72,15% de excluídos; Norte com 13,9%; Sudeste com 10,4%; Centro-Oeste com 2% e Sul com 1,6% de pessoas que vivem em estado de exclusão social.

Como pode ser observado, os números se divergem em relação à quantificação de excluídos em cada região, mas fica evidenciada a apartação social enfrentada pelas regiões Norte e Nordeste em detrimento das demais regiões. As diferenças observadas podem ser explicadas pelos diferentes critérios de estudo adotados pelos pesquisadores e pelo uso de diferentes grupos de variáveis.

O Índice de Exclusão Social desenvolvido por Pochmann e Amorim (2007) foi apresentado através de tabelas com índices que variam de zero a um para todos os municípios, e apresentado através de mapas. O Índice desenvolvido por Lemos e Nunes (2003) foi divulgado por percentagem de excluídos em cada um dos municípios, para cada variável estudada, sendo também de fácil interpretação.

No estudo de Pochmann e Amorim (2007) as variáveis destacadas são: pobreza, concentração de jovens, alfabetização, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade de renda. No estudo de Lemos e Nunes (2003) são: privação de água, saneamento, coleta de lixo, educação e renda. Por utilizarem grupos distintos de variáveis e critérios diferentes fica difícil a comparação, apesar de seus objetivos serem bem próximos e a unidade de estudos ser a mesma. No entanto, se utilizados em paralelo juntamente com o IDHM como recomendam os autores, serão de grande elucidação sobre as necessidades de cada município e podem ser ferramentas muito importantes nas mãos dos gestores públicos, visto que mostram de forma transparente a realidade das unidades estudadas e, principalmente, em que área se deve atuar em cada uma delas.

Os dois estudos em questão mostram uma grande deficiência no quesito distribuição de renda, para quase todo o Brasil, em especial as Regiões Norte e Nordeste, o que é explicado em grande parte devido a outra deficiência no quesito educação, variáveis em comum para os dois casos. Conforme asseguram os escritores, o investimento em educação, a longo prazo, seria o resultado para o problema baixa da renda.

Digitized by Google

Variáveis como privação de água, privação de saneamento, privação de coleta de lixo e privação de renda são variáveis essenciais para o estudo da pobreza e são utilizadas mundialmente para verificar a situação de pobreza em todo o mundo, inclusive a ONU utiliza grande parte delas para seus estudos sobre o tema em questão. Com isso, fica mais fácil a comparação com esses estudos que são amplamente utilizados.

As variáveis: pobreza, concentração de jovens, alfabetização, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade de renda são de grande importância por destacar grandes deficiências enfrentadas pela população brasileira. Variáveis essas que antes não haviam sido foco de estudo tão aprofundado, pois o estudo desenvolvido no Brasil para municípios até então era o IDHM, que apresenta grande semelhança com os estudos em questão, mas com um número menor de variáveis.

A importância do estudo de um maior número de variáveis é provada para que se possa mostrar resultados mais confiáveis.

Digitized by Google

6 CONCLUSÃO

Apesar dos economistas estudados neste trabalho discordarem em vários sentidos, há uma consonância em relação à intervenção do governo em áreas que possam garantir o cumprimento da lei, a segurança, a propriedade, a saúde e a educação, requisitos esses fundamentais para que haja inclusão social. Como pode ser observada, ao longo da história, esta foi uma preocupação constante de grupos sociais, economistas e governantes entre outros. A exclusão social de grandes contingentes de pessoas, em algumas épocas, teve como conseqüência revoluções sociais, políticas e econômicas, além de outros movimentos que levaram a grandes mudanças de paradigma em épocas diferentes da evolução da humanidade.

Existem diferentes visões em relação ao trabalhador e ao salário, os economistas da Escola Clássica defendiam o liberalismo econômico, onde o governo não deveria intervir para garantir o bem-estar social. Para eles, o próprio mercado em seu funcionamento garantiria o melhor para todos; no entanto, alguns deles compreendiam que o mercado não estava preparado para lidar com a exclusão social sozinho e que o governo deveria promover leis e amparar aqueles que não pudessem trabalhar.

Para Keynes e seus seguidores, a economia deixada a livre escolha dos capitalistas e do mercado não geraria o bem-estar social, ao contrário, geraria miséria, fome e exclusão social. Por isso, os trabalhadores deveriam se unir em associações ou sindicatos para garantir um padrão de negociação mais igualitária com os patrões, a fim de conseguir um salário mais justo e uma qualidade de vida melhor. Em época de crises o governo deveria intervir no mercado criando emprego e renda para que a economia e o mercado pudessem recuperar-se e voltarem ao normal.

Com o intuito de medir o grau de desenvolvimento de países, regiões, Estados e Municípios, segundo a qualidade de vida de sua população, foram desenvolvidas várias ferramentas ao longo da história. O PIB foi a primeira ferramenta utilizada para tal aferição. No entanto, com a percepção da necessidade de inserção de variáveis sociais para melhor retratar a realidade de cada uma das unidades, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano e, para complementar os dados do IDH e mostrar a realidade de cada município de

Digitized by Google

forma mais transparente através de um número maior de variáveis, foram criados Índices de Exclusão Social.

Estes surgiram do intuito de mostrar, de forma mais sistemática, onde se concentra a exclusão social dentro do Brasil, verificar as desigualdades dentro de regiões e estados, e hierarquizar municípios. Estes índices foram desenvolvidos com o objetivo de auxiliar na elaboração de ações específicas direcionadas para cada unidade de estudo, no caso o município, através do estudo da realidade brasileira do ponto de vista da exclusão social. O Índice de Exclusão Social desenvolvido por Pochmann e Amorim (2007) mostrou, através de mapas e cores, as carências de cada município brasileiro para cada variável estudada; o Índice desenvolvido por Lemos e Nunes (2003) mostrou, através de percentagens, a população excluída de cada um dos municípios do Brasil para cada variável investigada. Apesar de ainda não constarem dados sobre suas utilizações, verifica-se a importância desses índices para retratar a realidade de cada um dos municípios brasileiros, mostrando onde se deve atuar para a correção dos problemas detectados.

Com o estudo dos Índices de Exclusão Social, foram encontrados números que repetem a já conhecida divisão do Brasil. Através de variáveis como: pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, escolaridade, concentração de jovens, privação de água tratada, privação de saneamento, privação de coleta de lixo, privação de educação e privação de renda; foi possível visualizar a realidade do território brasileiro, mostrando que seus piores resultados encontram-se concentrados na região Norte e Nordeste do país, somente o indicador de violência apresenta maior incidência nas outras regiões brasileiras, principalmente nas grandes cidades.

Os dados encontrados dão visibilidade de uma realidade de desigualdade, discriminação e racismo que, conforme Rezende e Tafner (2005), exigem respostas imediatas, reforçando a necessidade de adoção de medidas de valorização e promoção de igualdade nas ações públicas. No entanto, os problemas que emergem da realidade da exclusão social brasileira evidenciam a fraqueza das políticas sociais implementadas para a superação do quadro. Verifica-se a necessidade de grupos organizados da sociedade pressionarem as autoridades competentes no sentido de superação das desigualdades observadas.

O diagnóstico apresentado por vários autores seria a intervenção governamental para a correção da situação de exclusão social no Brasil, através de políticas específicas com foco em cada setor ou localidade. Políticas locais voltadas para as realidades e potencialidades de cada unidade, além de políticas de educação, saúde, saneamento, trabalho, ou seja, políticas sociais que, se bem implementadas, são tidas como o melhor remédio para se chegar a um

Digitized by Google

Brasil mais humanitário e justo.

Conforme assegura Rezende e Tafner (2005 p. 110), "O combate à exclusão social precisa combinar crescimento sustentado com um esforço redobrado de melhoria das políticas sociais. Sob essa perspectiva, a política educacional e a melhoria do acesso à infra-estrutura social devem assumir uma clara prioridade." Não sendo de menor importância a adoção de políticas de fomento à produtividade do trabalho e apoio a produção familiar e micro empresarial.

Sachs (2004) e Strhan (1992) também defenderam o estímulo às micro e pequenas empresas como alternativa para amenizar o quadro de pobreza e exclusão social observado. Conforme Sachs (2004), embora não seja suficiente para compensar as reduções do emprego em outras áreas, a tendência é o aumento do emprego na área de micro e pequenas empresas que já ocupa grande parte dos trabalhadores brasileiros.

Várias são as ações voltadas para o combate dos problemas como a exclusão social: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Comunidade Ativa, Programa de Combate a Fome e a Desnutrição Infantil, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério (FUNDEF), Programam de Micro Crédito (PROEGER) e Crédito Produtivo Popular, Programas de Renda Mínima, como o Bolsa Escola entre outros.

No entanto, conforme assegura Pochmann e Amorim (2007, p.75), alguns estudiosos mostraram que "as mudanças não ocorrem porque há resistências (...) é preciso enfrentar e eliminar as velhas práticas políticas através de ações sociais que resgatem a cidadania da população excluída, dando-lhe as condições para sua emancipação econômica".

Finalmente, pode-se concluir que a exclusão social está ligada ao não-acesso aos bens, serviços e direitos básicos defendidos na Constituição Brasileira e garantidos a todos os cidadãos brasileiros.

Digitized by Google

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Yolanda Vieira de. **Noções Sobre Salário e Renda**. Apostila não publicada (s/d).

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <www.pnud.org.br/**atlas**/> Acesso em: 15/07/2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico.** 6ª ed. São Paulo: Thompson, 2005.

COULON, Olga Maria A. Fonseca, COSTA, Pedro Fábio. **Apostila: Dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial,** 1995, CP1-UFMG. Disponível em: <br.geocities.com/fcpedro/libclas.html> Acesso em: 22/07/2008.

BUENO, Edison Pereira Leal. **Absolutismo na Inglaterra**. Maio 2003. Disponível em: <www.usinadeletras.com.br/> Acesso em: 22/07/2008.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 8ª ed. 4ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2007.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948-ONU. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br/documentos> Acesso em: 15/07/2008.

FRANCO, Augusto. **Além da Renda*:* A Pobreza Brasileira Como Insuficiência de Desenvolvimento.** Brasília: Millennium – Instituto de Política, Maio de 2000.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELOS, Antonio Sandoval & JR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2006.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas.** 14ª ed. são Paulo: Atlas, 1995.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 3ª ed. 2008. Disponível em: <http://www.**ipea**.gov.br/ > Acesso em: 09/09/2008.

LEMOS, José de Jesus Sousa & NUNES, Edson Luiz Lima. **Mapa da Exclusão Social num país Assimétrico Brasil.** (s/d). Disponível em:www.fenecon.org.br/Mapa_da_Exclusão_Social.pdf > Acesso em: 10/02/2008.

LEMOS, José de Jesus Souza. **Pobreza e Exclusão Social no Brasil Em 2003.** Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/2/1102.pdf> Acesso em: 10/02/2008.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDES, Juan E , ODONEL, Guillermo, PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia Violência e Injustiça**: O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

Digitized by Google

POCHMANN, Marcio & AMORIM, Ricardo (Organizadores). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 2007.

REIS, Elisa Pereira, SCHWARTZMAN, Simon. ***Pobreza e Exclusão Social:* Aspectos Sócio Políticos.** (s/d).

Relatório do Desenvolvimento Humano.2003- Um Pacto Entre as Nações para Eliminar a Pobreza. PNUD - Brasil. Disponível em: <www.pnud.org.br/rdh/ > Acesso em: 30/06/2008.

Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial.200/2001: Luta Contra a Pobreza. Banco Mundial. Disponível em: <siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/Poroverv.pdf > Acesso em: 30/06/2008.

REZENDE, Fernando & TAFNER, Paulo (Organizadores). **Brasil o Estado de Uma Nação.** 1ª ed. IPEA. 2005.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social Pelo Trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond. 2003.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social Pelo Trabalho decente: Oportunidades, obstáculos e Políticas Públicas.** 2004. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/> Acesso em: 22/07/2008.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** Versão ampliada da seção 1,3. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STRAHN, Rudolf H. **Subdesenvolvimento*:* Porque somos tão pobres?.** 2ª ed. Petrópoles RJ: Vozes, 1992.

SUAREZ, Sergei & SOARES, Dillon. **Distribuição de Renda no Brasil: De 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** *Texto Para Discussão N° 1166*. 2006. Disponível em: <http://www.**ipea**.gov.br/> Acesso em: 10/02/2008.

Digitized by Google

ANEXOS

Digitized by Google

ANEXO A - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Tabela 1.1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano para Países Selecionados, 1975-2001.

Amostra de países por níveis de renda	1975	1980	1985	1990	1995	2001	Classificação pelo IDH de 2001	Variação 1975/2001
I – BAIXA RENDA	**0,424**	**0,417**	**0,407**	**0,436**	**0,461**	**0,447**	**-**	**5,5**
01 - Serra Leoa	-	-	-	-	-	0,275	175	-
02 - Moçambique	-	0,309	0,295	0,317	0,325	0,356	170	15,2
03 - Etiópia	-	-	0,281	0,305	0,322	0,359	169	27,8
04 - Angola	-	-	-	-	-	0,377	164	-
05 - Paquistão	0,344	0,37	0,403	0,44	0,472	0,499	144	45,1
06 - Índia	0,416	0,443	0,481	0,519	0,553	0,59	127	41,8
07 - Bolívia	0,511	0,546	0,573	0,598	0,631	0,672	114	31,5
II – Y MÉDIA BAIXA	**0,603**	**0,633**	**0,657**	**0,682**	**0,709**	**0,733**	**-**	**21,7**
08 - Egito	0,433	0,48	0,53	0,572	0,605	0,648	120	49,7
09 - China	0,521	0,554	0,591	0,624	0,679	0,721	104	38,4
10 - Turquia	0,589	0,612	0,649	0,681	0,712	0,734	96	24,6
11 - Filipinas	0,647	0,68	0,684	0,713	0,731	0,751	85	16,1
12 - Paraguai	0,674	0,708	0,714	0,726	0,744	0,751	84	11,4
13 - Peru	0,639	0,668	0,691	0,702	0,729	0,752	82	17,7
14 - Venezuela	0,715	0,729	0,737	0,755	0,765	0,775	69	8,4
III – Y MÉDIA ALTA	**0,737**	**0,757**	**0,774**	**0,793**	**0,807**	**0,822**	**-**	**11,5**
15 - África do Sul	0,66	0,676	0,702	0,734	0,741	0,684	111	3,6
16 - Brasil	0,643	0,678	0,691	0,712	0,738	0,777	65	20,8
17 - Federação Russa	-	0,796	0,811	0,809	0,766	0,779	63	-2,1
18 - México	0,684	0,729	0,748	0,757	0,771	0,8	55	17,0
19 - Chile	0,7	0,735	0,752	0,78	0,811	0,831	43	18,7
20 - Uruguai	0,756	0,775	0,779	0,799	0,814	0,834	40	10,3
21 - Argentina	0,784	0,797	0,804	0,807	0,829	0,849	34	8,3
22 - Coréia do Sul	0,701	0,736	0,774	0,814	0,848	0,879	30	25,4
23 - Grécia	0,831	0,847	0,859	0,869	0,875	0,892	24	7,3
24 - Portugal	0,875	0,799	0,821	0,847	0,876	0,896	23	2,4
IV – ALTA RENDA	**0,853**	**0,868**	**0,880**	**0,897**	**0,915**	**0,930**	**-**	**9,0**
25 - Itália	0,838	0,854	0,862	0,884	0,9	0,916	21	9,3
26 - Espanha	0,834	0,851	0,865	0,883	0,901	0,918	19	10,1
27 - Alemanha	-	0,859	0,868	0,885	0,908	0,921	18	7,2
28 - França	0,846	0,862	0,874	0,896	0,912	0,925	17	9,3
29 - Reino Unido	0,84	0,847	0,857	0,877	0,916	0,93	13	10,7
30 - Suíça	0,872	0,884	0,891	0,904	0,912	0,932	10	6,9

Digitized by Google

31 – Japão	0,851	0,875	0,89	0,906	0,92	**0,932**	9	9,5
32 - Canadá	0,866	0,881	0,904	0,924	0,929	**0,937**	8	8,2
33 - EUA	0,864	0,883	0,896	0,911	0,923	**0,937**	5	8,4
34 - Suécia	0,862	0,871	0,882	0,893	0,924	**0,941**	3	9,2
35 - Noruega	0,858	0,876	0,887	0,9	0,924	**0,944**	1	10,0
Média mundial	**0,802**	**0,809**	**0,811**	**0,835**	**0,858**	**0,847**	**-**	**5,6**

Fonte: PNUD, apud, Nali de Jesus (2005)

Tabela 2.1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados Brasileiros, 1991 e 2000.

Ordem	**Estados**	**Região**	**1991**	**2000**	**Variação 1991/2000(%)**
1º	Santa Catarina	Sul	0,748	0,822	9,9
2º	São Paulo	Sudeste	0,778	0,820	5,4
3º	Rio Grande do Sul	Sul	0,753	0,814	8,1
4º	Rio de Janeiro	Sudeste	0,753	0,807	7,2
5º	Paraná	Sul	0,711	0,787	10,7
6º	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	0,716	0,778	8,7
7º	Goiás	Centro-Oeste	0,700	0,776	10,9
8º	Minas Gerais	Sudeste	0,697	0,773	10,9
9º	Mato Grosso	Centro-Oeste	0,685	0,773	12,8
10º	Espírito Santo	Sudeste	0,690	0,765	10,9
11º	Amapá	Norte	0,691	0,753	9,0
12º	Roraima	Norte	0,692	0,746	7,8
13º	Rondônia	Norte	0,660	0,735	11,4
14º	Pará	Norte	0,650	0,723	11,2
15º	Amazonas	Norte	0,664	0,713	7,4
16º	Tocantins	Norte	0,611	0,710	16,2
17º	Pernambuco	Nordeste	0,620	0,705	13,7
18º	Rio Grande do Norte	Nordeste	0,604	0,705	16,7
19º	Ceará	Nordeste	0,593	0,700	18,0
20º	Acre	Norte	0,624	0,697	11,7
21º	Bahia	Nordeste	0,590	0,688	16,6
22º	Sergipe	Nordeste	0,597	0,682	14,2
23º	Paraíba	Nordeste	0,561	0,661	17,8
24º	Piauí	Nordeste	0,566	0,656	15,9
25º	Alagoas	Nordeste	0,548	0,649	18,4
26º	Maranhão	Nordeste	0,543	0,636	17,1

Fonte: PNUD, apud, Nali de Jesus (2005)

Digitized by Google

Tabela 3.1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no Tocantins 1991 - 2000

Ordem de melhor para pior	Municípios	IDHM,1991	IDHM,2000	IDHM-Renda,1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
01	Palmas (TO)	0,696	0,8	0,683	0,754	0,649	0,712	0,755	0,934
02	Gurupi (TO)	0,717	0,793	0,696	0,689	0,658	0,778	0,798	0,913
03	Paraíso do Tocantins (TO)	0,71	0,777	0,71	0,732	0,66	0,696	0,761	0,904
04	Cariri do Tocantins (TO)	0,613	0,752	0,546	0,638	0,658	0,784	0,636	0,833
05	Porto Nacional (TO)	0,678	0,75	0,629	0,646	0,64	0,708	0,765	0,896
06	Cristalândia (TO)	0,662	0,749	0,616	0,624	0,641	0,758	0,728	0,866
07	Araguaína (TO)	0,685	0,749	0,647	0,667	0,647	0,708	0,762	0,873
08	Miracema do Tocantins (TO)	0,697	0,743	0,705	0,641	0,666	0,758	0,719	0,83
09	Colinas do Tocantins (TO)	0,655	0,739	0,612	0,666	0,647	0,708	0,706	0,842
10	Pedro Afonso (TO)	0,669	0,738	0,6	0,624	0,64	0,711	0,768	0,88
11	Alvorada (TO)	0,696	0,731	0,662	0,629	0,641	0,725	0,784	0,84
12	Palmeirópolis (TO)	0,669	0,728	0,619	0,626	0,641	0,73	0,747	0,827
13	Talismã (TO)	0,61	0,719	0,572	0,597	0,658	0,752	0,601	0,808
14	Sucupira (TO)	0,605	0,719	0,498	0,601	0,658	0,778	0,658	0,778
15	Guaraí (TO)	0,647	0,719	0,618	0,631	0,586	0,652	0,738	0,875
16	Figueirópolis (TO)	0,65	0,719	0,559	0,603	0,658	0,73	0,732	0,825
17	Barrolândia (TO)	0,612	0,719	0,528	0,605	0,666	0,758	0,641	0,793
18	Crixás do Tocantins (TO)	0,632	0,718	0,53	0,578	0,658	0,725	0,708	0,851
19	Aliança do Tocantins (TO)	0,635	0,717	0,558	0,595	0,632	0,715	0,715	0,84
20	Monte Santo do Tocantins (TO)	0,589	0,716	0,527	0,574	0,635	0,758	0,606	0,817
21	Lajeado (TO)	0,687	0,715	0,641	0,635	0,64	0,659	0,779	0,851
22	Bernardo Sayão (TO)	0,589	0,713	0,507	0,623	0,62	0,699	0,641	0,816
23	Sandolândia (TO)	0,594	0,712	0,496	0,644	0,606	0,696	0,681	0,795
24	Formoso do Araguaia (TO)	0,599	0,71	0,545	0,629	0,578	0,652	0,673	0,848
25	Nova Rosalândia (TO)	0,636	0,709	0,538	0,598	0,628	0,685	0,741	0,845
26	Itaporã do Tocantins (TO)	0,613	0,709	0,523	0,586	0,666	0,762	0,649	0,778
27	Miranorte (TO)	0,656	0,706	0,628	0,641	0,583	0,652	0,758	0,825
28	Araguaçu (TO)	0,619	0,705	0,578	0,649	0,571	0,666	0,708	0,801
29	Dueré (TO)	0,598	0,701	0,524	0,606	0,641	0,696	0,63	0,8
30	Fátima (TO)	0,646	0,698	0,552	0,605	0,591	0,628	0,796	0,861
31	Chapada de Areia (TO)	0,578	0,696	0,474	0,626	0,606	0,628	0,654	0,835
32	Peixe (TO)	0,583	0,695	0,51	0,573	0,632	0,715	0,608	0,798
33	Marianópolis do Tocantins (TO)	0,595	0,695	0,546	0,618	0,541	0,652	0,699	0,815
34	Novo Alegre (TO)	0,602	0,694	0,565	0,598	0,539	0,629	0,702	0,854
35	Dianópolis (TO)	0,614	0,693	0,585	0,599	0,554	0,647	0,702	0,833
36	Presidente Kennedy (TO)	0,626	0,692	0,556	0,585	0,64	0,699	0,682	0,793
37	Jaú do Tocantins (TO)	0,601	0,692	0,521	0,574	0,658	0,715	0,623	0,786
38	Pium (TO)	0,597	0,69	0,546	0,604	0,571	0,696	0,673	0,771
39	Oliveira de Fátima (TO)	0,561	0,69	0,461	0,609	0,498	0,604	0,725	0,858
40	Fortaleza do Tabocão (TO)	0,568	0,688	0,485	0,605	0,666	0,682	0,554	0,776
41	Tocantinópolis (TO)	0,613	0,687	0,528	0,577	0,625	0,658	0,685	0,825
42	Caseara (TO)	0,611	0,687	0,536	0,568	0,628	0,684	0,67	0,809
43	Arraias (TO)	0,563	0,685	0,552	0,594	0,593	0,713	0,543	0,747
44	Colméia (TO)	0,613	0,684	0,583	0,608	0,586	0,661	0,671	0,782
45	Brasilândia do Tocantins (TO)	0,602	0,683	0,55	0,569	0,62	0,661	0,637	0,82
46	Piraquê (TO)	0,593	0,68	0,518	0,554	0,647	0,709	0,613	0,776
47	Novo Acordo (TO)	0,581	0,677	0,464	0,542	0,618	0,671	0,661	0,819
48	Juarina (TO)	0,541	0,677	0,455	0,582	0,566	0,652	0,601	0,798
49	Araguanã (TO)	0,543	0,677	0,477	0,575	0,631	0,667	0,52	0,789
50	Ponte Alta do Tocantins (TO)	0,584	0,675	0,487	0,567	0,618	0,668	0,647	0,79
51	Itacajá (TO)	0,573	0,675	0,477	0,548	0,648	0,751	0,594	0,727
52	Aparecida do Rio Negro (TO)	0,617	0,675	0,532	0,559	0,612	0,659	0,708	0,806
53	São Valério da Natividade (TO)	0,578	0,674	0,521	0,573	0,604	0,66	0,608	0,788

Digitized by Google

54	Bandeirantes do Tocantins (TO)	0,552	0,674	0,533	0,601	0,647	0,664	0,476	0,756
55	Combinado (TO)	0,569	0,673	0,51	0,587	0,538	0,66	0,659	0,771
56	Brejinho de Nazaré (TO)	0,56	0,673	0,489	0,562	0,54	0,657	0,651	0,799
57	Araguacema (TO)	0,595	0,673	0,52	0,571	0,628	0,684	0,636	0,764
58	Pugmil (TO)	0,55	0,671	0,516	0,571	0,498	0,628	0,635	0,815
59	Lagoa da Confusão (TO)	0,499	0,67	0,507	0,619	0,513	0,61	0,478	0,781
60	Natividade (TO)	0,566	0,669	0,526	0,591	0,523	0,647	0,649	0,77
61	Santa Tereza do Tocantins (TO)	0,613	0,668	0,469	0,495	0,613	0,668	0,758	0,842
62	Filadélfia (TO)	0,588	0,668	0,507	0,555	0,637	0,664	0,619	0,786
63	Angico (TO)	0,518	0,668	0,428	0,523	0,562	0,658	0,563	0,823
64	Taguatinga (TO)	0,544	0,667	0,487	0,586	0,559	0,664	0,585	0,751
65	Silvanópolis (TO)	0,583	0,667	0,503	0,552	0,55	0,627	0,697	0,821
66	Ananás (TO)	0,58	0,667	0,512	0,569	0,585	0,658	0,643	0,773
67	Abreulândia (TO)	0,545	0,667	0,464	0,55	0,588	0,664	0,583	0,786
68	Santa Rita do Tocantins (TO)	0,561	0,663	0,515	0,566	0,537	0,636	0,631	0,788
69	Dois Irmãos do Tocantins (TO)	0,571	0,661	0,479	0,553	0,566	0,636	0,668	0,794
70	Divinópolis do Tocantins (TO)	0,578	0,66	0,54	0,571	0,543	0,585	0,65	0,823
71	Pequizeiro (TO)	0,599	0,659	0,544	0,552	0,618	0,684	0,634	0,742
72	Ipueiras (TO)	0,539	0,659	0,447	0,531	0,607	0,659	0,563	0,786
73	Pindorama do Tocantins (TO)	0,591	0,658	0,512	0,505	0,593	0,655	0,668	0,815
74	Aurora do Tocantins (TO)	0,566	0,658	0,508	0,55	0,527	0,678	0,663	0,745
75	Santa Fé do Araguaia (TO)	0,523	0,657	0,495	0,561	0,564	0,663	0,51	0,746
76	Porto Alegre do Tocantins (TO)	0,563	0,654	0,466	0,509	0,593	0,697	0,631	0,755
77	Arapoema (TO)	0,576	0,654	0,549	0,618	0,564	0,585	0,614	0,76
78	Xambioá (TO)	0,601	0,653	0,573	0,6	0,564	0,585	0,665	0,774
79	Santa Rosa do Tocantins (TO)	0,582	0,652	0,504	0,517	0,623	0,656	0,619	0,784
80	Novo Jardim (TO)	0,526	0,652	0,435	0,536	0,596	0,655	0,547	0,764
81	Pau d'Arco (TO)	0,587	0,65	0,528	0,552	0,647	0,664	0,587	0,734
82	Conceição do Tocantins (TO)	0,568	0,65	0,511	0,527	0,593	0,67	0,601	0,753
83	Chapada da Natividade (TO)	0,536	0,649	0,433	0,574	0,596	0,669	0,579	0,703
84	Nazaré (TO)	0,568	0,648	0,451	0,501	0,585	0,658	0,668	0,784
85	Nova Olinda (TO)	0,566	0,643	0,543	0,595	0,519	0,585	0,636	0,748
86	Monte do Carmo (TO)	0,574	0,642	0,52	0,533	0,55	0,627	0,651	0,765
87	Luzinópolis (TO)	0,495	0,641	0,373	0,522	0,444	0,59	0,668	0,811
88	Araguatins (TO)	0,526	0,64	0,481	0,545	0,481	0,614	0,615	0,761
89	Goianorte (TO)	0,551	0,64	0,542	0,566	0,457	0,585	0,653	0,768
90	Centenário (TO)	0,513	0,64	0,439	0,492	0,565	0,674	0,536	0,755
91	Tupiratins (TO)	0,577	0,639	0,51	0,517	0,609	0,636	0,612	0,763
92	Cachoeirinha (TO)	0,501	0,639	0,399	0,464	0,515	0,66	0,589	0,793
93	Almas (TO)	0,516	0,638	0,473	0,561	0,492	0,594	0,584	0,76
94	Taipas do Tocantins (TO)	0,566	0,637	0,474	0,528	0,627	0,669	0,597	0,715
95	Maurilândia do Tocantins (TO)	0,513	0,636	0,456	0,467	0,637	0,66	0,445	0,781
96	Lizarda (TO)	0,568	0,634	0,49	0,478	0,565	0,671	0,65	0,753
97	Rio da Conceição (TO)	0,493	0,634	0,412	0,508	0,512	0,594	0,554	0,801
98	Wanderlândia (TO)	0,571	0,633	0,517	0,545	0,564	0,585	0,633	0,769
99	Carmolândia (TO)	0,512	0,631	0,477	0,565	0,519	0,595	0,539	0,734
100	Itapiratins (TO)	0,538	0,631	0,458	0,487	0,594	0,657	0,561	0,748
101	Paranã (TO)	0,53	0,63	0,486	0,519	0,627	0,662	0,476	0,708
102	Bom Jesus do Tocantins (TO)	0,515	0,629	0,449	0,526	0,486	0,602	0,611	0,758
103	Aguiarnópolis (TO)	0,495	0,629	0,477	0,523	0,517	0,59	0,491	0,774
104	Tupirama (TO)	0,462	0,629	0,506	0,555	0,519	0,585	0,362	0,746
105	São Salvador do Tocantins (TO)	0,586	0,628	0,549	0,497	0,632	0,636	0,578	0,752
106	Couto de Magalhães (TO)	0,542	0,628	0,517	0,546	0,519	0,585	0,589	0,754
107	Rio Sono (TO)	0,576	0,626	0,496	0,472	0,618	0,657	0,613	0,75
108	Aragominas (TO)	0,553	0,626	0,501	0,513	0,604	0,667	0,553	0,697
109	Rio dos Bois (TO)	0,518	0,625	0,509	0,56	0,473	0,585	0,571	0,731
110	Tocantínia (TO)	0,59	0,622	0,554	0,506	0,55	0,602	0,666	0,757
111	Darcinópolis (TO)	0,489	0,621	0,443	0,498	0,49	0,59	0,533	0,774
112	Augustinópolis (TO)	0,532	0,617	0,502	0,548	0,517	0,59	0,577	0,714
113	Itaguatins (TO)	0,504	0,617	0,447	0,488	0,515	0,624	0,551	0,738
114	Palmeirante (TO)	0,521	0,616	0,467	0,483	0,603	0,683	0,493	0,682
115	Santa Maria do Tocantins (TO)	0,513	0,616	0,454	0,511	0,468	0,57	0,616	0,768
116	Ponte Alta do Bom Jesus (TO)	0,506	0,616	0,457	0,538	0,539	0,594	0,523	0,716
117	Barra do Ouro (TO)	0,498	0,616	0,462	0,458	0,565	0,657	0,466	0,732

Digitized by Google

118	Buriti do Tocantins (TO)	0,477	0,614	0,445	0,494	0,444	0,592	0,543	0,757
119	São Bento do Tocantins (TO)	0,489	0,612	0,412	0,48	0,515	0,59	0,54	0,767
120	São Félix do Tocantins (TO)	0,365	0,611	0,409	0,491	0,458	0,549	0,227	0,794
121	Muricilândia (TO)	0,531	0,61	0,529	0,546	0,487	0,585	0,576	0,7
122	São Sebastião do Tocantins (TO)	0,511	0,61	0,503	0,477	0,557	0,59	0,473	0,762
123	Babaçulândia (TO)	0,524	0,61	0,457	0,489	0,523	0,595	0,593	0,745
124	Riachinho (TO)	0,444	0,597	0,404	0,453	0,515	0,58	0,414	0,757
125	Lavandeira (TO)	0,528	0,597	0,456	0,445	0,536	0,594	0,591	0,752
126	Sítio Novo do Tocantins (TO)	0,491	0,592	0,428	0,483	0,463	0,545	0,583	0,749
127	Goiatins (TO)	0,51	0,587	0,459	0,473	0,553	0,591	0,519	0,698
128	Santa Terezinha do Tocantins (TO)	0,445	0,585	0,38	0,455	0,433	0,516	0,521	0,783
129	Mateiros (TO)	0,439	0,584	0,372	0,448	0,579	0,674	0,367	0,63
130	Mosquito (TO)	0,465	0,582	0,461	0,489	0,486	0,545	0,449	0,711
131	São Miguel do Tocantins (TO)	0,459	0,58	0,445	0,454	0,444	0,565	0,489	0,722
132	Campos Lindos (TO)	0,461	0,58	0,465	0,43	0,553	0,591	0,365	0,72
133	Praia Norte (TO)	0,463	0,579	0,449	0,426	0,459	0,58	0,482	0,732
134	Sampaio (TO)	0,43	0,576	0,376	0,446	0,433	0,532	0,482	0,749
135	Lagoa do Tocantins (TO)	0,48	0,574	0,393	0,425	0,458	0,545	0,59	0,752
136	Esperantina (TO)	0,419	0,572	0,392	0,437	0,444	0,58	0,42	0,7
137	Axixá do Tocantins (TO)	0,441	0,571	0,422	0,492	0,444	0,504	0,458	0,718
138	Recursolândia (TO)	0,403	0,567	0,386	0,451	0,458	0,549	0,366	0,701
139	Carrasco Bonito (TO)	0,355	0,562	0,347	0,456	0,444	0,545	0,275	0,684

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, 2000.

Digitized by Google

ANEXO B – ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL

Tabela 13.1 - Índice de Exclusão Social nas Capitais Brasileiras – 2000 (Pochmann e Amorim)

RG	UF	MUNICÍPIO 2000	POSIÇÃO NO RANKING A partir da melhor situação	ÍNDICE DE POBREZA	ÍNDICE DE JUVENTUDE	ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	ÍNDICE DE ESCOLARIDADE	ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL	ÍNDICE DE VIOLÊNCIA	ÍNDICE DE DESIGUALDADE	ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL
S	SC	Florianópolis	3°	0,870	0,799	0,932	0,961	0,578	0,962	0,748	0,815
S	RS	Porto Alegre	6°	0,829	0,839	0,927	0,911	0,478	0,904	0,618	0,761
SE	ES	Vitória	8°	0,794	0,783	0,920	0,910	0,603	0,690	0,723	0,752
S	PR	Curitiba	9°	0,845	0,788	0,936	0,872	0,428	0,914	0,537	0,730
SE	MG	Belo Horizonte	14°	0,765	0,796	0,921	0,813	0,486	0,913	0,475	0,710
CO	DF	Brasília	15°	0,784	0,680	0,902	0,816	0,490	0,872	0,597	0,708
SE	RJ	Rio de Janeiro	17°	0,786	0,862	0,923	0,847	0,348	0,821	0,490	0,694
SE	SP	São Paulo	30°	0,803	0,792	0,911	0,777	0,368	0,743	0,485	0,667
CO	GO	Goiânia	53°	0,751	0,746	0,918	0,773	0,357	0,909	0,355	0,652
N	TO	Palmas	163°	0,686	0,561	0,877	0,749	0,487	0,924	0,235	0,608
CO	MS	Campo Grande	208°	0,718	0,691	0,902	0,724	0,281	0,886	0,272	0,599
NE	BA	Salvador	226°	0,599	0,718	0,893	0,759	0,285	0,972	0,247	0,597
NE	PB	João Pessoa	233°	0,634	0,698	0,839	0,748	0,347	0,873	0,277	0,596
CO	MT	Cuiabá	234°	0,729	0,657	0,898	0,775	0,304	0,758	0,329	0,596
NE	RN	Natal	242°	0,624	0,682	0,831	0,703	0,307	0,970	0,287	0,595
NE	SE	Aracaju	245°	0,597	0,684	0,858	0,727	0,343	0,906	0,306	0,595
NE	PE	Recife	260°	0,587	0,747	0,851	0,751	0,383	0,747	0,331	0,594
N	PA	Belém	384°	0,617	0,666	0,894	0,738	0,252	0,945	0,232	0,576
NE	CE	Fortaleza	644°	0,579	0,657	0,838	0,671	0,239	0,918	0,235	0,552
NE	MA	São Luís	719°	0,555	0,596	0,879	0,753	0,245	0,954	0,183	0,547
N	RO	Porto Velho	873°	0,666	0,535	0,862	0,676	0,299	0,789	0,219	0,536
NE	AL	Maceió	1040°	0550	0,645	0,774	0,644	0,214	0,900	0,205	0,526
N	AM	Manaus	1112°	0,607	0,555	0,876	0,703	0,209	0,865	0,178	0,522
NE	PI	Teresina	1136°	0,535	0,611	0,813	0,631	0,215	0,952	0,171	0,521
N	AC	Rio Branco	1178°	0,619	0,520	0,801	0,576	0,278	0,941	0,155	0,519
N	RR	Boa Vista	1452°	0,703	0,494	0,854	0,666	0,150	0,784	0,201	0,505
N	AP	Macapá	1683°	0,630	0,457	0,835	0,681	0,194	0,766	0,213	0,493

Fonte: Pochmann e Amorim (2007)

Digitized by Google

Tabela 14.1 - Índice de Exclusão Social no Estado do Tocantins – 2000 (Pochmann e Amorim)

MUNICÍPIO 2000	POSIÇÃO NO RANKING A partir da melhor situação social NO BRASIL	POSIÇÃO NO RANKING ESTADO DO TOCANTINS	ÍNDICE DE POBREZA	ÍNDICE DE JUVENTUDE	ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	ÍNDICE DE ESCOLARIDADE	ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL	ÍNDICE DE VIOLÊNCIA	ÍNDICE DE DESIGUALDADE	ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL
Palmas	163°	1°	0,686	0,561	0,877	0,749	0,487	0,924	0,235	0,608
Gurupí	1321°	2°	0,564	0,610	0,865	0,597	0,133	0,962	0,164	0,511
Miracema do Tocantins	1492°	3°	0,560	0,554	0,766	0,490	0,301	0,976	0,102	0,503
Paraíso do Tocantins	1786°	4°	0,504	0,604	0,860	0,544	0,111	1,000	0,124	0,489
Porto Nacional	2285°	5°	0,450	0,528	0,798	0,516	0,213	0,946	0,095	0,464
Lajeado	2336°	6°	0,566	0,573	0,807	0,409	0,082	1,000	0,067	0,461
Araguaína	2417°	7°	0,517	0,552	0,815	0,543	0,115	0,849	0,124	0,458
Alvorada	2424°	8°	0,463	0,620	0,778	0,453	0,073	1,000	0,090	0,457
Cariri do Tocantins	2479°	9°	0,482	0,632	0,770	0,382	0,090	1,000	0,073	0,454
Guaraí	2490°	10°	0,468	0,582	0,793	0,482	0,070	0,961	0,111	0,453
Araguaçu	2621°	11°	0,449	0,659	0,770	0,387	0,036	1,000	0,080	0,445
Miranorte	2634°	12°	0,493	0,597	0,785	0,398	0,066	0,964	0,083	0,445
Sandolândia	2697°	13°	0,477	0,619	0,752	0,328	0,061	1,000	0,074	0,439
Pedro Afonso	2718°	14°	0,469	0,522	0,780	0,495	0,058	0,951	0,097	0,438
Cristalândia	2771°	15°	0,390	0,595	0,807	0,400	0,077	1,000	0,071	0,434
Novo Alegre	2784°	16°	0,516	0,534	0,803	0,405	0,030	1,000	0,046	0,433
Colinas do Tocantins	2789°	17°	0,422	0,555	0,782	0,433	0,064	0,971	0,098	0,433
Figueirópoles	2843°	18°	0,386	0,614	0,769	0,407	0,067	1,000	0,050	0,429
Marianópoles do Tocantins	2865°	19°	0,431	0,560	0,785	0,350	0,087	1,000	0,066	0,428
Aliança do Tocantins	2892°	20°	0,423	0,568	0,777	0,385	0,068	1,000	0,052	0,426
Formoso do Araguaia	2903°	21°	0,445	0,519	0,786	0,412	0,080	0,962	0,077	0,426
Dueré	2909°	22°	0,405	0,576	0,735	0,393	0,068	1,000	0,066	0,426
Palmeirópoles	2948°	23°	0,364	0,620	0,783	0,376	0,046	1,000	0,063	0,423
Sucupira	2955°	24°	0,416	0,604	0,700	0,370	0,024	1,000	0,078	0,422
Barrolândia	3035°	25°	0,377	0,586	0,745	0,360	0,041	1,000	0,071	0,416
Oliveira de Fátima	3049°	26°	0,335	0,540	0,762	0,391	0,103	1,000	0,065	0,415
Colméia	3052°	27°	0,356	0,599	0,710	0,364	0,048	1,000	0,073	0,414
Santa Rita do Tocantins	3061°	28°	0,404	0,627	0,743	0,351	0,015	1,000	0,025	0,414
Fátima	3087°	29°	0,365	0,531	0,780	0,411	0,054	1,000	0,050	0,411
Talismã	3089°	30°	0,404	0,565	0,784	0,310	0,062	1,000	0,034	0,411
Pium	3093°	31°	0,360	0,538	0,702	0,390	0,094	1,000	0,046	0,410
Presidente Kennedy	3103°	32°	0,378	0,558	0,713	0,347	0,056	1,000	0,066	0,410
Chapada da Areia	3119°	33°	0,306	0,595	0,816	0,364	0,049	1,000	0,056	0,409
Bernardo Sayão	3161°	34°	0,469	0,525	0,747	0,351	0,050	0,913	0,051	0,405
Itaporã do Tocantins	3169°	35°	0,466	0,576	0,724	0,318	0,080	0,873	0,035	0,405
Peixe	3170°	36°	0,390	0,555	0,717	0,334	0,043	1,000	0,049	0,405
Dianópoles	3194°	37°	0,403	0,438	0,758	0,414	0,042	1,000	0,074	0,403
Nova Rosalândia	3217°	38°	0,307	0,555	0,772	0,387	0,056	1,000	0,041	0,401
Arapoema	3222°	39°	0,457	0,474	0,713	0,354	0,054	0,935	0,069	0,400
Jaú do Tocantins	3232°	40°	0,304	0,632	0,746	0,313	0,035	1,000	0,035	0,399
Pugmil	3245°	41°	0,384	0,518	0,721	0,369	0,043	1,000	0,026	0,398
Tupirama	3251°	42°	0,311	0,574	0,684	0,311	0,073	1,000	0,061	0,397
Dois Irmãos do Tocantins	3275°	43°	0,323	0,587	0,755	0,317	0,024	1,000	0,225	0,395
Juarina	3276°	44°	0,408	0,506	0,737	0,339	0,001	1,000	0,056	0,395
Goianorte	3312°	45°	0,400	0,521	0,721	0,283	0,010	1,000	0,058	0,391
Monte Santo do Tocantins	3323°	46°	0,230	0,632	0,773	0,315	0,046	1,000	0,038	0,390
Caseara	3333°	47°	0,381	0,462	0,741	0,355	0,035	1,000	0,049	0,390
Nova Olinda	3375°	48°	0,337	0,505	0,668	0,308	0,030	0,959	0,050	0,373
Natividade	3383/	49°	0,370	0,464	0,702	0,344	0,021	1,000	0,066	0,385

Digitized by Google

Abreulândia	3394°	50°	0,305	0,559	0,745	0,343	0,005	1,000	0,033	0,384
Couto de Magalhães	3410°	51°	0,398	0,498	0,669	0,308	0,009	1,000	0,040	0,383
Lagoa da Confusão	3412°	52°	0,399	0,478	0,736	0,359	0,094	0,810	0,084	0,383
Divinópoles do Tocantins	3420°	53°	0,348	0,549	0,755	0,334	0,080	0,859	0,036	0,383
Pau D'arco	3428°	54°	0,389	0,463	0,674	0,324	0,025	1,000	0,050	0,383
Araguacema	3431°	55°	0,395	0,442	0,660	0,357	0,045	1,000	0,057	0,382
Carmolândia	3433°	56°	0,382	0,498	0,638	0,313	0,027	1,000	0,038	0,382
São Valério da Natividade	3435°	57°	0,330	0,474	0,755	0,308	0,049	1,000	0,056	0,382
Pequizeiro	3438°	58°	0,344	0,526	0,667	0,322	0,016	1,000	0,040	0,382
Tocantinópolis	3441°	59°	0,328	0,458	0,694	0,445	0,028	0,962	0,055	0,382
Bandeirantes do Tocantins	3443°	60°	0,419	0,548	0,704	0,309	0,061	0,809	0,064	0,382
Aguiarnópoles	3463°	61°	0,278	0,455	0,697	0,315	0,171	1,000	0,010	0,381
Aurora do Tocantins	3479°	62°	0,291	0,613	0,674	0,285	0,001	1,000	0,029	0,379
Fortaleza do Tabocão	3480°	63°	0,368	0,520	0,727	0,338	0,064	0,854	0,058	0,379
Wandelândia	3483°	64°	0,291	0,538	0,709	0,332	0,034	1,000	0,027	0,379
Santa Fé do Araguaia	3489°	65°	0,450	0,403	0,664	0,334	0,050	0,923	0,065	0,379
Itacajá	3512°	66°	0,321	0,519	0,656	0,306	0,023	1,000	0,050	0,377
Rio dos Bois	3525°	67°	0,328	0,511	0,642	0,318	0,033	1,000	0,035	0,376
Xambioá	3566°	68°	0,362	0,470	0,681	0,345	0,024	0,933	0,065	0,374
Santa Tereza do Tocantins	3569°	69°	0,293	0,460	0,762	0,384	0,026	1,000	0,028	0,374
Combinado	3570°	70°	0,322	0,487	0,723	0,323	0,018	1,000	0,034	0,374
Ananás	3617°	71°	0,431	0,441	0,694	0,321	0,027	0,891	0,053	0,371
Novo Jardim	3631°	72°	0,399	0,382	0,662	0,284	0,065	1,000	0,041	0,370
Taguatinga	3661°	73°	0,277	0,511	0,681	0,295	0,039	0,974	0,059	0,369
Crixás do Tocantins	3671°	74°	0,399	0,607	0,789	0,374	0,020	0,679	0,027	0,368
Silvanópolis	3694°	75°	0,276	0,491	0,705	0,351	0,008	1,000	0,034	0,367
Almas	3733°	76°	0,305	0,449	0,675	0,349	0,036	0,951	0,061	0,365
Araguatins	3735°	77°	0,309	0,425	0,684	0,340	0,028	1,000	0,046	0,365
Filadélfia	3758°	78°	0,288	0,470	0,711	0,306	0,027	1,000	0,030	0,364
Aparecida do Rio Negro	3776°	79°	0,322	0,507	0,758	0,328	0,013	0,903	0,025	0,363
Arraias	3792°	80°	0,273	0,476	0,646	0,294	0,028	1,000	0,060	0,362
Brasilândia do Tocantins	3793°	81°	0,311	0,557	0,760	0,338	0,052	0,787	0,037	0,362
Santa Maria do Tocantins	3816°	82°	0,284	0,506	0,668	0,302	0,004	1,000	0,022	0,361
Lavandeira	3826°	83°	0,235	0,548	0,730	0,277	0,000	1,000	0,025	0,360
Tocantínia	3830°	84°	0,324	0,366	0,643	0,375	0,038	1,000	0,044	0,360
Chapada da Natividade	3840°	85°	0,291	0,502	0,635	0,252	0,002	1,000	0,058	0,360
Brejinho de Nazaré	3861°	86°	0,302	0,503	0,714	0,339	0,057	0,836	0,048	0,359
Piraquê	3869°	87°	0,356	0,460	0,698	0,329	0,087	0,819	0,032	0,358
Ponte Alta do Tocantins	3892°	88°	0,288	0,478	0,714	0,322	0,006	0,943	0,044	0,357
Nazaré	3921°	89°	0,247	0,484	0,692	0,327	0,012	1,000	0,021	0,356
Babaçulândia	3974°	90°	0,208	0,555	0,682	0,292	0,024	0,955	0,026	0,353
Augustinópoles	3976°	91°	0,275	0,424	0,640	0,319	0,030	1,000	0,040	0,353
Luzinópoles	3978°	92°	0,232	0,445	0,716	0,312	0,028	1,000	0,042	0,353
Novo Acordo	3998°	93°	0,238	0,403	0,732	0,366	0,024	1,000	0,036	0,352
Centenário	4050°	94°	0,198	0,513	0,643	0,295	0,024	1,000	0,029	0,350
Muricilândia	4068°	95°	0,320	0,498	0,606	0,284	0,039	0,883	0,026	0,349
Ponte Alta do Bom Jesus	4070°	96°	0,280	0,508	0,622	0,232	0,001	1,000	0,019	0,349
São Salvador do Tocantins	4141°	9°7	0,241	0,427	0,678	0,274	0,065	1,000	0,011	0,346
Santa Terezinha do Tocantins	4172°	98°	0,230	0,442	0,632	0,315	0,042	1,000	0,010	0,345
Rio da Conceição	4184°	99°	0,276	0,337	0,672	0,344	0,061	1,000	0,015	0,344
Taipas do Tocantins	4199°	100°	0,315	0,406	0,615	0,250	0,008	1,000	0,038	0,344
Monte do Carmo	4205°	101°	0,245	0,476	0,679	0,313	0,022	0,929	0,023	0,343
Rio Sono	4235°	102°	0,233	0,455	0,666	0,289	0,004	1,000	0,025	0,342
Itapiratins	4244°	103°	0,182	0,526	0,681	0,261	0,004	1,000	0,017	0,342
Santa Rosa do Tocantins	4249°	104°	0,243	0,419	0,678	0,281	0,022	1,000	0,032	0,342
Ipueiras	4320°	105°	0,241	0,423	0,686	0,291	0,006	1,000	0,020	0,339
Angico	4331°	106°	0,271	0,470	0,734	0,327	0,022	0,835	0,031	0,339
Bom Jesus do Tocantins	4344°	107°	0,242	0,455	0,646	0,261	0,001	1,000	0,021	0,339
Darcinópolis	4349°	108°	0,258	0,448	0,652	0,257	0,002	1,000	0,013	0,339
Conceição do Tocantins	4358°	109°	0,297	0,374	0,631	0,276	0,004	1,000	0,038	0,338
Tupiratins	4365°	110°	0,267	0,536	0,687	0,308	0,069	0,728	0,038	0,338
São Sebastião do Tocantins	4413°	111°	0,263	0,373	0,606	0,330	0,013	1,000	0,024	0,336
Pindorama do Tocantins	4416°	112°	0,200	0,496	0,740	0,303	0,009	0,914	0,019	0,336
Itaguatins	4480	113°	0,245	0,425	0,607	0,274	0,010	1,000	0,017	0,334

Digitized by Google

Palmeiras do Tocantins	4528°	114°	0,257	0,392	0,567	0,290	0,008	1,000	0,032	0,332
Axixá do Tocantins	4537°	115°	0,235	0,414	0,597	0,287	0,048	0,960	0,019	0,332
Palmeirante	4538°	116°	0,210	0,465	0,580	0,239	0,032	1,000	0,011	0,332
Cachoeirinha	4548°	117°	0,229	0,363	0,683	0,323	0,026	1,000	0,009	0,332
São Félix do Tocantins	4551°	118°	0,273	0,305	0,715	0,311	0,000	1,000	0,046	0,332
Sítio Novo do Tocantins	4604°	119°	0,213	0,403	0,632	0,287	0,014	1,000	0,026	0,330
Aragominas	4684°	120°	0,238	0,466	0,594	0,259	0,028	0,904	0,021	0,327
Paranã	4706°	121°	0,258	0,417	0,623	0,229	0,016	0,955	0,025	0,326
São Miguel do Tocantins	4776°	122°	0,206	0,403	0,617	0,269	0,018	1,000	0,007	0,323
Maurilândia do Tocantins	4788°	123°	0,182	0,408	0,659	0,294	0,001	1,000	0,009	0,323
Buriti do Tocantins	4799°	124°	0,231	0,340	0,606	0,305	0,007	1,000	0,028	0,322
Barra do Ouro	4864°	125°	0,221	0,365	0,628	0,268	0,004	1,000	0,023	0,320
Porto Alegre do Tocantins	4915°	126°	0,162	0,376	0,643	0,287	0,029	1,000	0,014	0,318
Araguanã	4946°	127°	0,342	0,418	0,702	0,310	0,018	0,673	0,048	0,316
Sampaio	4961°	128°	0,178	0,331	0,613	0,340	0,017	1,000	0,018	0,316
Recursolândia	4981°	129°	0,230	0,371	0,556	0,246	0,010	1,000	0,012	0,315
Lizarda	5035°	130°	0,141	0,397	0,656	0,263	0,006	1,000	0,016	0,312
Goiatins	5073°	131°	0,177	0,387	0,589	0,248	0,031	0,964	0,017	0,310
Lagoa do Tocantins	5094°	132°	0,172	0,352	0,614	0,276	0,018	1,000	0,007	0,309
Mateiros	5113°	133°	0,247	0,342	0,468	0,223	0,000	1,000	0,038	0,308
São Bento do Tocantins	5209°	134°	0,246	0,384	0,645	0,266	0,002	0,839	0,023	0,304
Campos Lindos	5245°	135°	0,207	0,273	0,615	0,229	0,022	1,000	0,028	0,301
Riachinho	5251°	136°	0,284	0,370	0,653	0,269	0,017	0,778	0,014	0,301
Carrasco Bonito	5289°	137°	0,181	0,315	0,541	0,224	0,025	1,000	0,019	0,298
Praia Norte	5306°	138°	0,183	0,318	0,592	0,235	0,000	1,000	0,009	0,297
Esperantina	5424°	139°	0,182	0,315	0,550	0,219	0,004	0,941	0,014	0,285

Fonte: Atlas da Exclusão Social (2003)

Digitized by Google

Tabela 16.1 - Níveis de Exclusão Social e de Privações nos Estados Brasileiros - 2000
(Lemos e Nunes)

ESTADO/ REGIÃO	IES (%)	INDICADORES DE PRIVAÇÃO						População Excluída
		Água (%)	Saneamento (%)	Lixo (%)	Educação (%)	Renda (%)	Renda Média (US$/mês)*	
Acre	43,20	63,91	68,89	44,15	23,10	41,14	282,44	240.833
Amazonas	35,69	39,97	53,01	35,26	15,30	46,44	328,83	1.003.754
Amapá	32,99	49,25	75,66	28,25	11,20	36,22	377,09	157.375
Pará	40,03	57,36	62,27	46,56	16,30	45,37	215,03	2.478.476
Rondônia	38,12	69,25	79,26	42,72	11,50	34,52	371,88	525.976
Roraima	24,38	20,76	37,07	31,07	12,00	29,94	367,18	79.104
Tocantins	37,84	33,74	80,17	43,14	17,20	60,83	283,51	437.890
NORTE	**38,16**	**52,99**	**65,86**	**44,75**	**16,06**	**49,85**	**275,49**	**4.923.408**
Maranhão	50,30	47,05	75,43	65,68	26,60	70,90	190,18	2.842.695
Piauí	46,57	39,20	60,80	56,27	28,60	68,56	200,60	1.324.203
Ceará	42,37	39,20	66,12	38,52	24,70	65,63	246,46	3.148.205
R. G. do Norte	35,22	21,76	59,17	26,34	23,70	57,87	276,09	978.080
Paraíba	39,75	31,22	61,04	34,09	27,60	59,42	249,37	1.368.890
Pernambuco	36,95	29,47	56,18	31,35	23,20	59,22	286,26	2.925.479
Alagoas	44,61	36,60	73,92	31,11	31,80	64,88	240,94	1.259.132
Sergipe	36,08	24,43	57,07	30,16	23,50	58,88	255,02	643.831
Bahia	38,72	30,49	57,65	38,33	21,60	62,30	249,24	5.061.181
NORDESTE	**40,95**	**34,99**	**63,10**	**40,73**	**24,77**	**63,36**	**244,04**	**19.551.696**
Espírito Santo	23,17	19,24	33,59	22,43	10,60	43,30	396,95	717.758
Minas Gerais	22,67	17,04	29,31	21,65	10,90	43,84	370,77	4.056.100
Rio de Janeiro	13,89	16,78	15,85	7,18	6,30	28,89	529,98	1.999.300
São Paulo	10,20	6,50	11,77	4,17	6,10	23,35	598,78	3.777.650
SUDESTE	**14,57**	**12,00**	**18,40**	**10,23**	**7,56**	**30,39**	**520,14**	**10.550.808**
Paraná	21,92	16,38	46,96	16,78	8,60	39,46	430,26	2.095.837
Santa Catarina	17,86	25,44	26,47	16,95	5,70	29,94	449,87	956.643
Rio G. do Sul	18,79	20,34	31,62	15,91	6,10	35,64	441,82	1.914.644
SUL	**19,78**	**20,43**	**37,03**	**17,016**	**6,99**	**35,88**	**439,13**	**4.967.124**
Goiás	28,71	30,52	64,28	18,86	10,80	47,32	381,33	1.436.268
M. G. do Sul	27,92	21,73	81,58	19,40	10,10	41,89	406,65	580.192
Mato Grosso	30,99	36,33	70,24	28,32	11,10	43,91	429,24	775.993
Distr. Federal	11,43	11,32	10,27	3,86	5,20	27,13	788,25	234.365
CENTROESTE	**26,01**	**27,25**	**59,55**	**18,69**	**9,91**	**42,06**	**467,88**	**3.026.818**
BRASIL	**25,34**	**23,80**	**40,00**	**22,90**	**13,05**	**42,62**	**409,93**	**43.019.854**

Fonte: IBGE, 2000, apud, Mapa da Exclusão social (s/d) p.18.

Digitized by Google

Tabela 17.1 - Níveis de Exclusão Social nas Capitais dos Estados e do Distrito Federal

(Lemos e Nunes)

UF	Capital	IES (%)	INDICADORES DE PRIVAÇÃO						População Excluída
			Água (%)	Saneamento (%)	Lixo (%)	Educação (%)	Renda (%)	Renda Média (US$/mês)	
AC	Rio Branco	29,25	49,68	54,31	16,77	12,90	40,04	380,20	74.016
AP	Macapá	27,60	46,77	68,08	19,33	8,40	33,51	442,79	78.189
AM	Manaus	18,02	25,56	9,31	30,72	5,80	34,48	451,33	253.286
PA	Belém	21,01	26,42	24,91	4,56	5,00	56,05	480,92	269.093
RO	Porto Velho	25,69	64,76	38,51	18,32	7,50	29,94	482,63	85.984
RR	Boa Vista	13,56	4,13	22,39	10,22	7,80	28,57	443,32	27.202
TO	Palmas	12,37	7,39	36,93	7,12	5,90	18,21	498,60	16.986
MA	São Luís	23,15	21,24	47,56	26,85	6,90	39,44	406,10	201.400
PI	Teresina	22,82	10,08	21,88	14,35	21,40	40,71	376,06	163.274
CE	Fortaleza	17,99	12,79	36,58	4,80	10,60	34,21	473,53	385.248
RN	Natal	14,29	2,79	28,12	2,39	11,30	28,46	514,04	101.797
PB	João Pessoa	17,48	2,30	39,93	5,04	11,60	35,38	497,90	104.508
PE	Recife	15,24	12,04	41,91	3,78	10,20	20,04	573,24	216.815
AL	Maceió	22,40	18,29	52,97	6,24	16,30	30,85	458,63	178.726
SE	Aracaju	12,10	4,26	16,52	4,05	9,50	25,48	529,53	55.828
BA	Salvador	10,75	3,44	16,61	6,58	6,20	24,12	499,94	262.698
ES	Vitória	2,75	0,67	2,29	0,44	4,30	3,10	888,43	8.048
MG	Belo Horizonte	3,54	0,74	6,69	1,45	4,30	3,76	735,94	79.218
RJ	Rio de Janeiro	4,60	2,19	6,43	1,13	4,20	8,36	757,44	269.457
SP	São Paulo	4,61	1,37	9,15	0,80	4,60	7,00	827,57	481.532
PR	Curitiba	2,93	1,39	7,09	0,46	3,10	3,06	800,31	46.483
SC	Florianópolis	4,22	10,33	7,20	1,03	3,30	2,04	904,98	14.430
RS	Porto Alegre	3,06	1,87	7,67	0,62	3,30	2,54	838,71	41.602
GO	Goiânia	9,11	12,59	19,88	1,23	4,80	14,09	629,59	99.607
MT	Cuiabá	11,07	8,57	26,32	7,90	5,60	16,96	615,24	53.507
MS	Campo Grande	17,38	12,30	70,23	2,87	5,40	24,39	542,85	115.337
DF	Brasília	3,02	0,48	0,88	0,30	6,50	1,22	2.031,09	5.990

Fonte; IBGE 2000, apud, Mapa da Exclusão social (s/d) p.21.

Digitized by Google

ANEXO C – ESCOLARIDADE

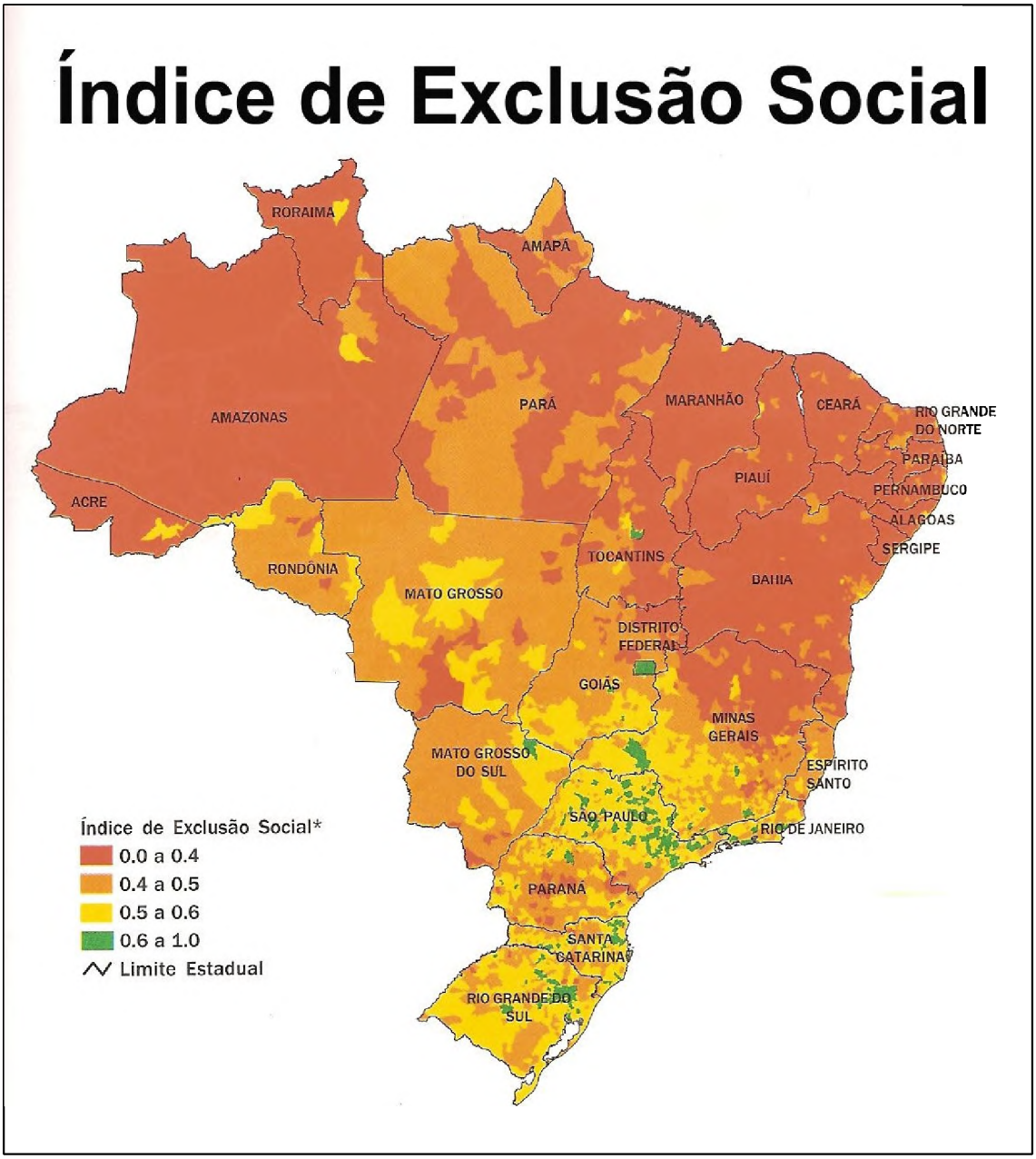
Tabela 10.1 - Escolaridade por sexo e cor (em %)			
Atributos individuais		**1993**	**2002**
Analfabetismo (15 anos e mais)		**16,2**	**11,9**
Sexo	Masculino	15,8	12,1
	Feminino	16,6	11,7
Raça ou Cor	Negra	24,3	17,3
	Não Negra	10,0	7,5
Fora da Escola (entre 7 e 14 anos)		**11,2**	**3,0**
Sexo	Masculino	12,1	3,4
	Feminino	10,4	2,7
Raça ou Cor	Negra	14,7	3,8
	Não Negra	7,8	2,3
Com Primeiro Grau Completo (15 anos e mais)		**31,1**	**43,6**
Sexo	Masculino	30,0	42,0
	Feminino	32,0	45,1
Raça ou Cor	Negra	21,2	33,8
	Não Negra	38,5	51,6
Com segundo grau completo (15 anos e mais)		**16,4**	**26,0**
Sexo	Masculino	15,7	24,2
	Feminino	17,1	27,6
Raça ou Cor	Negra	9,3	17,4
	Não Negra	21,9	33,0
Freqüentando curso superior (15 anos e mais)		**6,8**	**9,8**
Sexo	Masculino	6,8	9,2
	Feminino	6,9	10,4
Raça ou Cor	Negra	2,4	4,1
	Não Negra	10,2	14,5

Fonte: Pnad, apud IPEA (s/d), p. 108

Digitized by Google

ANEXO D – ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL

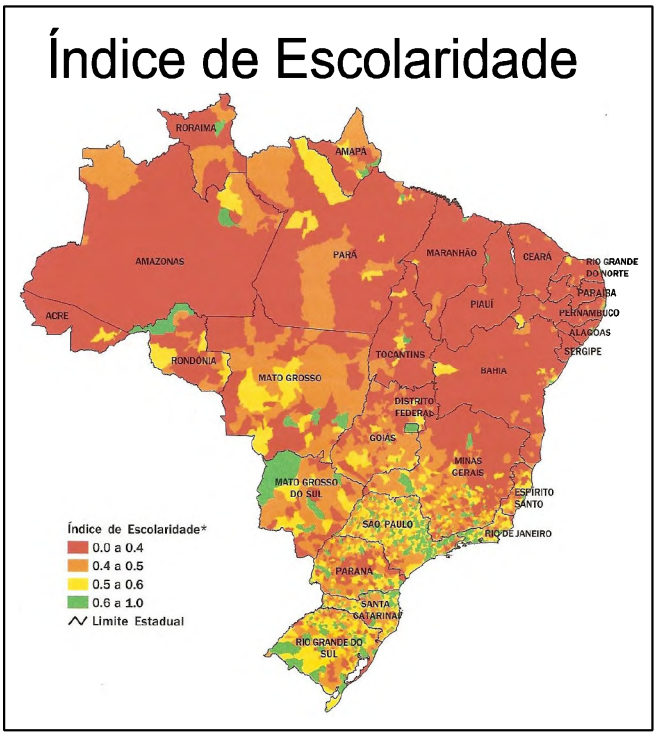
Mapa - Índice de Exclusão Social no Brasil

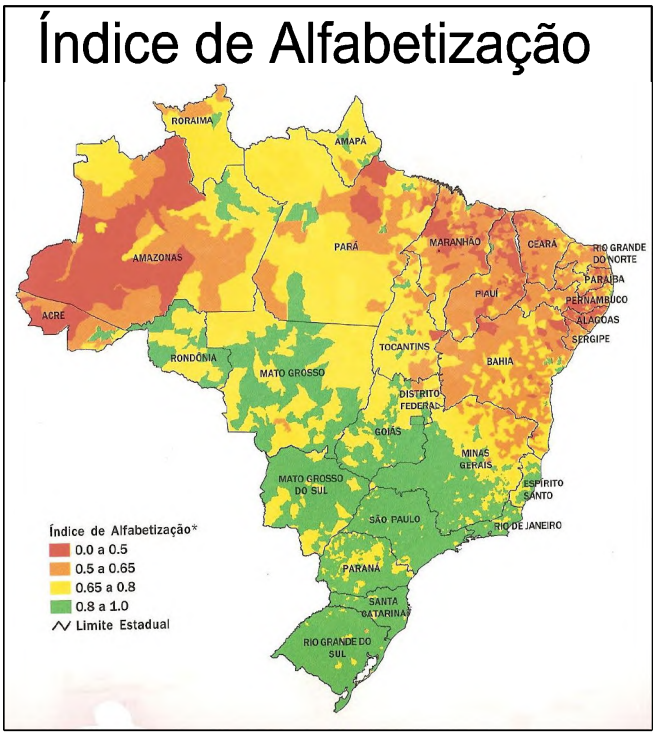


Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 27.

Digitized by Google

Mapas - Índices de Exclusão Social Através de Suas Variáveis

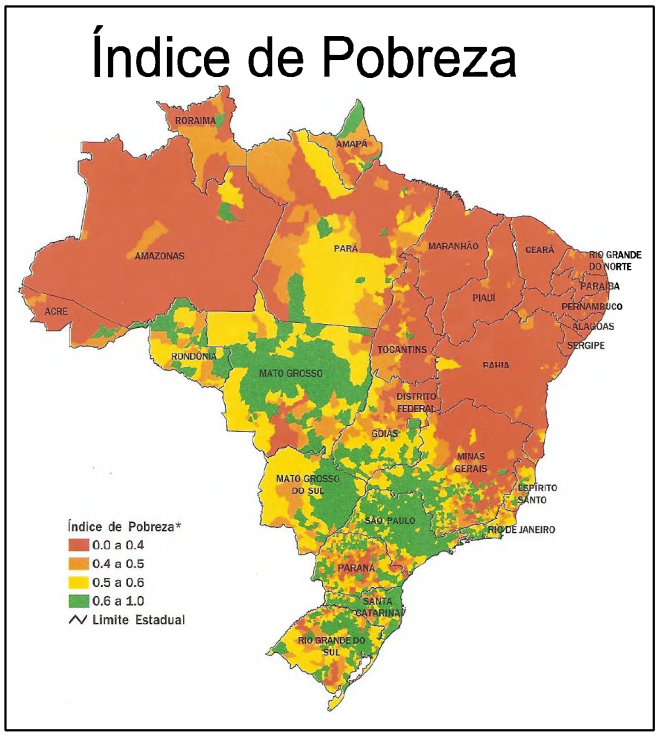


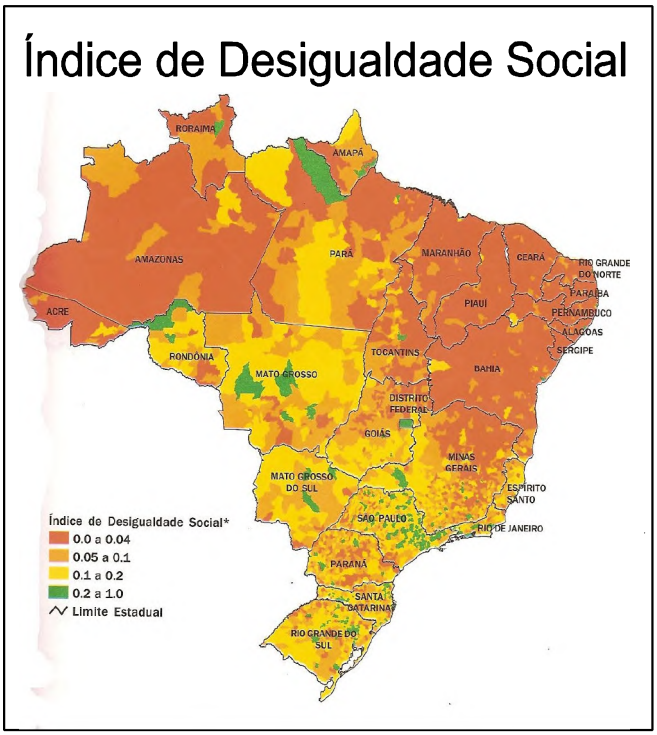


Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 28 e 29.

Digitized by Google

Mapas - Índices de Exclusão Social Através de Suas Variáveis

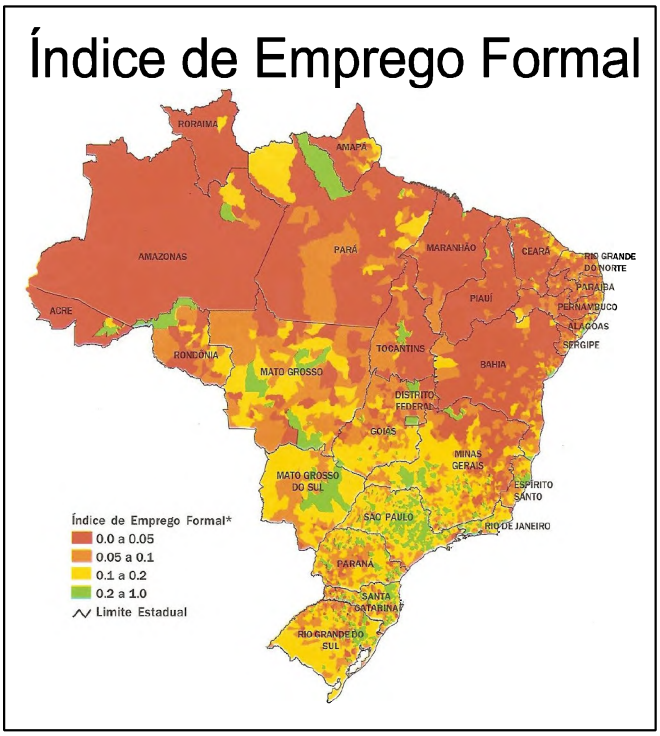


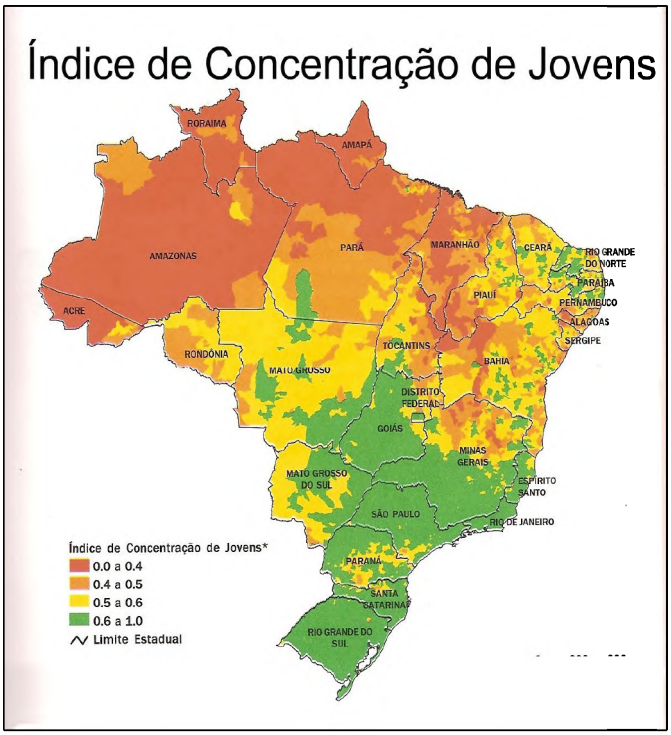


Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 30 e 31.

Digitized by Google

Mapas - Índices de Exclusão Social Através de Suas Variáveis

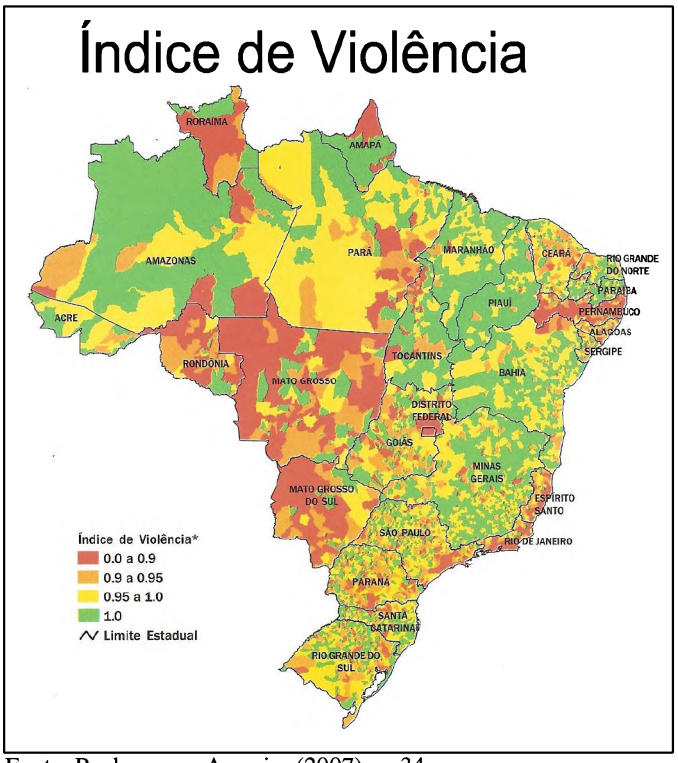




Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 32 e 33.

Digitized by Google

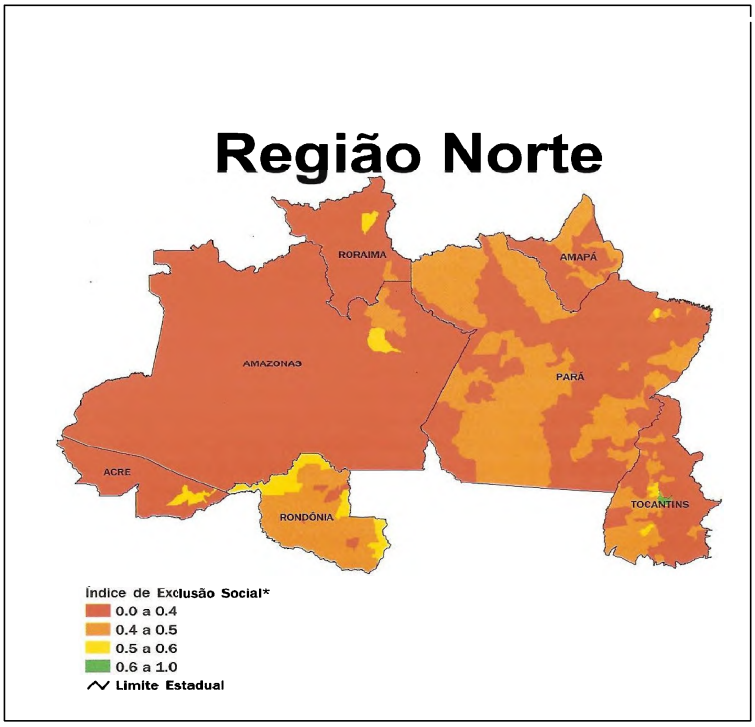
Mapas - Índices de Exclusão Social Através de Suas Variáveis

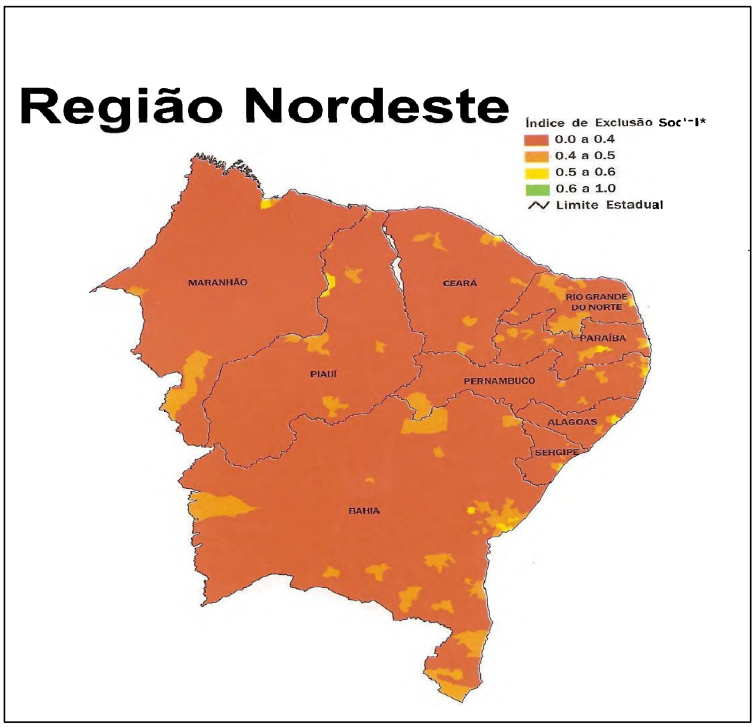


Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 34.

Digitized by Google

Mapas - Índices de Exclusão Social nas Regiões Brasileiras

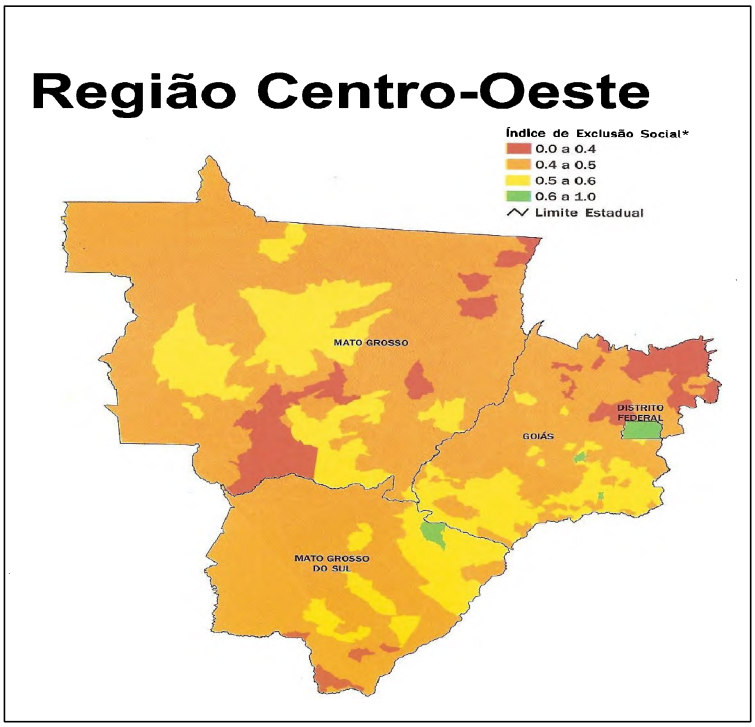


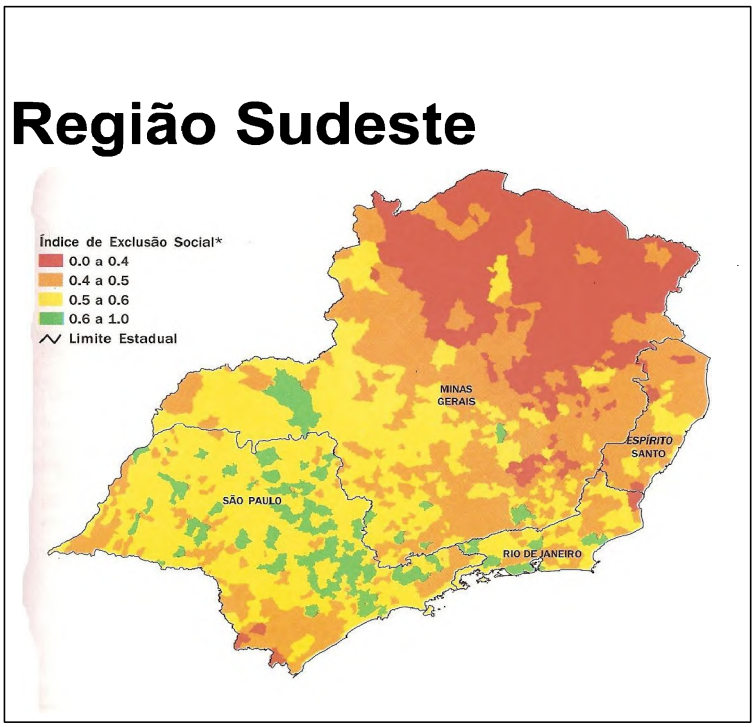


Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 40 e 48.

Digitized by Google

Mapas - Índices de Exclusão Social nas Regiões Brasileiras

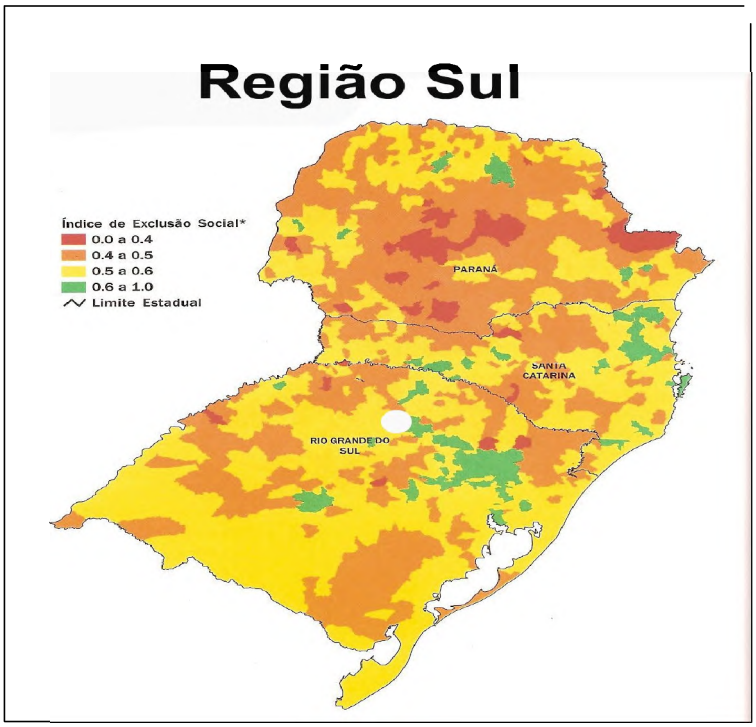




Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 58 e 63.

Digitized by Google

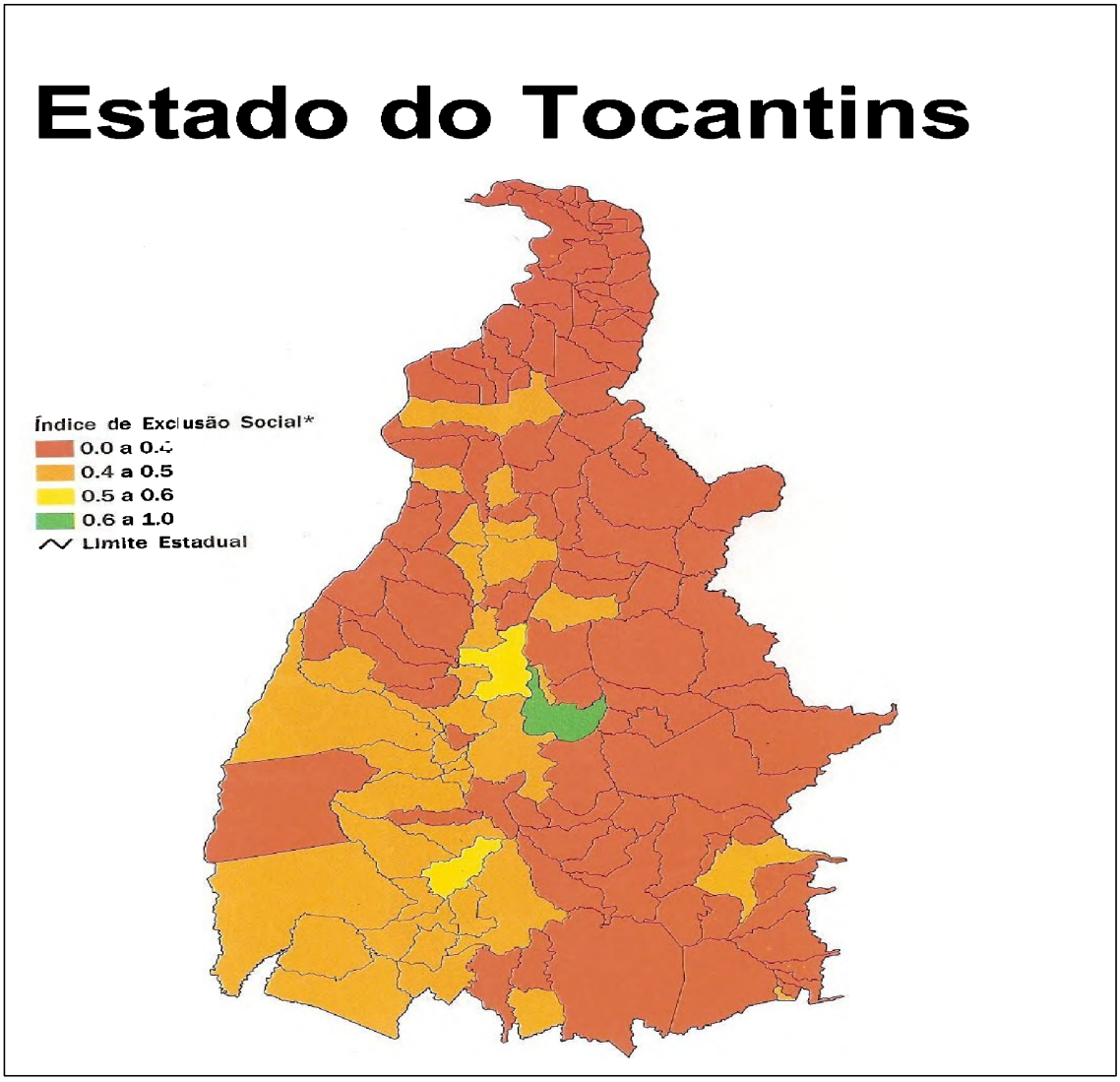
Mapas - Índices de Exclusão Social nas Regiões Brasileiras



Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 68.

Digitized by Google

Mapas - Índices de Exclusão Social no Estado do Tocantins



Fonte: Pochmann e Amorim (2007), p. 47.

Digitized by Google